

Paulo Fernando Pereira Fabião Simões

A PAISAGEM CULTURAL DO BUÇACO
A Singularidade de um Território Turístico
e de Lazer

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010

Paulo Fernando Pereira Fabião Simões

A PAISAGEM CULTURAL DO BUÇACO
A Singularidade de um Território Turístico
e de Lazer

Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
sob a orientação do Prof. Doutor João L. Jesus Fernandes

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010

“A suprema regra desses carmelitas foi criar o quadro rústico à paixão de Cristo: construir com árvores, penumbras e silêncio, a morada de Deus. Quem não souber, de qualquer forma, partilhar desse estado de alma, revivê-lo, senti-lo e prolongá-lo até aos dias de hoje, não entenderá a beleza original do Buçaco”.

Jaime Cortesão In Portugal: A Terra e o Homem, 1987.

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mulher Ângela e às minhas filhas Carolina e Beatriz cujo apoio, paciência e carinho tornaram possível a sua realização.

Agradecimentos

Ao Prof. Doutor João Luís. J. Fernandes docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pela orientação do presente trabalho e disponibilidade pelas leituras atentas que foram imprescindíveis para o aperfeiçoamento do trabalho.

Ao Jorge e Ema pela sua infinita amizade.

Ao director da Fundação Mata do Buçaco, pela sua disponibilidade em efectuar a entrevista.

Resumo

O trabalho de investigação que se desenvolveu, foi realizado numa perspectiva de estudo caso, em que se abordou a paisagem cultural da Mata do Buçaco, como recurso fundamental para o desenvolvimento do potencial turístico da região. Fez-se um enquadramento geográfico do Buçaco a nível local e nacional e uma identificação clara e sumária do seu património existente. Pela análise das principais potencialidades elaboradas, verificou-se a necessidade de apresentação de acções de desenvolvimento que potencializem a região entre elas a criação de um centro interpretativo numa corrente museológica. Fez-se também, uma articulação entre o Buçaco e outros lugares turísticos da Região Centro.

Palavras-chave: Paisagem Cultural, Turismo, Lazer.

Abstract

The research that developed was conducted in a prospective case study, which addressed the cultural landscape of the Forest Buçaco, as a fundamental resource for developing the tourism potential of the region. There was a geographical setting Buçaco locally and nationally, and a clear identification and summary of their existing assets. For the analysis of the key capabilities developed, there is a need for the submission of development actions that enhance the region including the creation of an interpretive center in a current museum. There was also a link between the Buçaco and other tourist places of the Central Region.

Key Words: Cultural Landscape, Tourism, Leisure.

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I	
1. PAISAGEM CULTURAL.....	4
1.1. PAISAGEM COMO ELEMENTO MULTISSENSORIAL.....	7
1.2. PAISAGEM DE MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	10
2. CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO E DAS PAISAGENS CULTURAIS.....	13
3. TURISMO E MARKETING TERRITORIAL.....	19
4. TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	26
5. TEMPO LIVRE E LAZER.....	31
PARTE II	
6. BUÇACO, UMA PAISAGEM SINGULAR.....	36
7. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....	38
8. PATRIMÓNIO NATURAL.....	42
9. PATRIMÓNIO HISTÓRICO.....	49
9.1. A BATALHA DO BUÇACO.....	53
10. PATRIMÓNIO RELIGIOSO.....	57
11. AS REPRESENTAÇÕES DO BUÇACO.....	66
12. APRESENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO.....	74
12.1. BALANÇO DAS PRINCIPAIS POTENCIALIDADES.....	75
12.2. ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO BUÇACO.....	76
12.3. CIRCUITOS TURÍSTICOS.....	79
12.3.1. Percursos internos da Mata do Buçaco.....	80
12.3.2. Circuitos regionais.....	82
12.3.3. Fundação Mata do Buçaco.....	85
13. CONCLUSÃO.....	87
BIBLIOGRAFIA.....	89

Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa dos bens classificados em Portugal.....	15
Figura 2 - Painéis de azulejo representando o Palace Buçaco e a Ria de Aveiro	22
Figura 3 – Os tempos sociais nas sociedades modernas.....	32
Figura 4– Estrutura Territorial de Portugal Continental.....	40
Figura 5 - Mapa hipsométrico de Portugal	41
Figura 6- A exuberância da Mata do Buçaco com a Fonte Fria	43
Figura 7 - Pintura do séc. XIX - momento da Batalha na colina de Sula.....	55
Figura 8– Três perspectivas da planta do convento original	59
Figura 9 – O Convento de Santa Cruz do Buçaco	60
Figura 10 – Postal antigo revelando as maravilhas naturais do Buçaco em 1903	67
Figura 11 - Imagem do Portal da Fundação Mata do Buçaco	73
Figura 12 - Acções de Desenvolvimento no Buçaco	77
Figura 13 - Percurso Histórico do Buçaco.....	80
Figura 14 - Percurso Botânico do Buçaco	81
Figura 15 – Circuito turístico na Região Centro.....	85

INTRODUÇÃO

A escolha do Buçaco para estudo de caso fez-se devido à sua importância, não apenas pela sua exuberante paisagem, mas também pelo cenário de fundo que serviu, ao longo dos tempos, a importantíssimos acontecimentos do foro eclesiástico, militar, régio e romântico cujos actores fazem parte do nosso passado.

O simbolismo representativo que o lugar carrega é uma realidade à qual não podemos ficar indiferentes. É um legado que nos foi deixado e merece ser protegido e dinamizado nos contextos de paisagem cultural, marketing territorial, destino turístico e do lazer, podendo estes vir a contribuir tanto para o desenvolvimento local como regional.

O interesse pessoal por esta temática surge de uma vivência profissional como animador sociocultural numa unidade hoteleira localizada na vila do Luso bem como na realização de trabalhos de seminários no âmbito do presente curso de mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, nas áreas do Lazer e Desenvolvimento Local, Património Cultural, Museologia e Património e Turismo Sénior, onde foi abordado o Buçaco como um espaço dinâmico e que, devido à sua paisagem cultural, tem uma forte identidade e um tal poder de sedução, que nos leva a vê-lo e a senti-lo como um lugar único.

A transposição deste interesse para o âmbito desta tese levou à formulação da seguinte questão, que origina o estudo: “A paisagem cultural do Buçaco pode ser um factor de desenvolvimento da região?”. A complexidade da questão justifica, deste modo, um estudo de caso em que se valoriza a vertente interdisciplinar dando relevo às ligações entre paisagem cultural, o marketing o destino turístico e as alterações nos hábitos de consumo, relações sociais e as novas funções dos espaços.

São objectivos deste trabalho contribuir para potenciar o desenvolvimento do Buçaco enquanto espaço de turismo cultural, turismo activo, educação ambiental e práticas de lazer, apresentar acções estratégicas para dinamizar o Buçaco e, ainda, demonstrar que a paisagem cultural do Buçaco pode ser um instrumento para o seu desenvolvimento.

Do ponto de vista estrutural este trabalho está, dividido em duas partes distintas. A primeira parte corresponde ao enquadramento teórico no qual se desenvolvem os temas fundamentais do estudo e se apresentam os resultados das pesquisas efectuadas no que diz respeito à paisagem cultural, conservação do património, turismo e marketing territorial, turismo cultural, tempo livre e lazer. Na segunda parte faz-se uma abordagem de caso de estudo do Buçaco, atendendo às vertentes de localização, património natural, religioso e romântico. Faz-se também uma pequena descrição da Batalha do Buçaco. Para este item, além da análise documental existente, procedemos à observação directa no local e ao suporte fotográfico.

As estratégias de actuação encontram-se em capítulo próprio no qual se faz referência ao balanço das principais potencialidades, às acções para o desenvolvimento do Buçaco e aos roteiros turísticos, tendo em consideração a revisão literária efectuada, o trabalho de campo e sugestões do autor. Há uma breve referência à fundação Mata do Buçaco e à entrevista realizada ao actual director da fundação.

O trabalho termina com as conclusões mais relevantes do estudo e algumas reflexões consideradas mais pertinentes, de acordo com o caso em análise.

PARTE I

1. Paisagem cultural

O conceito de paisagem tem sido muito discutido e pode ser considerado sob formas variadas por diferentes disciplinas e perspectivas. A abordagem interdisciplinar e holística da ecologia da paisagem, desenvolvida há algumas décadas, veio reforçar e desenvolver o conceito da paisagem como um sistema (Brandt, 1998).

A paisagem é considerada por vários autores como um sistema complexo, dinâmico, onde diversos factores naturais e culturais se influenciam mutuamente e se modificam ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global (Farina, 1997; Forman e Godron, 1986; Naveh e Lieberman, 1994; Zonneveld, 1990).

Outros autores referem-se à interacção entre o sistema natural e o sistema social, conferindo à paisagem uma dimensão territorial e cultural, no sentido em que o modo de apropriação da paisagem pelas comunidades presentes varia tanto com o sistema natural, como com os valores da sociedade que sobre ela actua (Andresen, 1992; Bernaldez, 1981; Saraiva, 1999; Telles, 1985).

Porém, a paisagem no sentido mais comum do termo, aquele que figura em primeiro lugar nos dicionários, será uma extensão de terras ou uma porção de território, que se pode apreender por um golpe de vista (Alcoforado, 2001).

Mas o conceito pode ser mais amplo, incluindo, além dos aspectos visíveis, os elementos imateriais como os cheiros, os sons e o tacto, ganhando assim uma dimensão multissensorial.

Segundo Rimbart (1973), a noção de paisagem depende, antes de mais, da maneira de a apropriar, de apreender o espaço terrestre, ou seja, da imagem mental que se constrói da paisagem. Este autor acentua mesmo que «apenas as paisagens subjectivas têm um impacto afectivo capaz de orientar as decisões dos indivíduos e dos grupos».

A paisagem é também um elemento fundamental para a preservação e gestão do património natural e cultural, consideramos a sua relevância como dinamizadora de oportunidades pedagógicas e socioeconómicas.

Dentro da diversidade conceitual em que se encontra o termo, o geógrafo francês Georges Bertrand afirma que “a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos que, reagindo dialecticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução” (Bertrand, 1971, 2).

Percebe-se assim, que Bertrand não privilegia nem a esfera natural nem a humana na paisagem, entendendo que sociedade e natureza estão relacionadas entre elas formando uma só “entidade” de um mesmo espaço geográfico.

Outro nível de avaliação que se pode fazer das paisagens é de ordem cultural, e nele se incluem as atitudes do indivíduo face ao ambiente, os sentidos que reconhecem os seus elementos e os valores que lhe foram atribuídos pela sociedade (Salgueiro, 2001).

As paisagens culturais podem também ser objecto de protecção ou de um processo de gestão, que impeça a sua (des) caracterização, sem restringir a sua evolução. Seja do ponto de vista da preservação, seja do ponto de vista do desenvolvimento sócio-económico e, principalmente, da explicitação do “espírito do lugar”, é a dimensão imaterial que caracteriza as manifestações culturais e comportamentos de uma comunidade. O reconhecimento da “Paisagem Cultural” poderá ser um importante avanço na gestão do património natural e cultural.

O estudo da paisagem é quase um exercício de sedução: desmontar para perceber, relacionar, encontrar as marcas do tempo, as vicissitudes da história, as estações, os campos, as formas de povoamento, as construções, os materiais. Mais do que um simples conceito, o estudo da paisagem identifica-se com o próprio objecto de estudo de ciências como a Geografia e é o elemento de ligação entre as ciências naturais e as ciências humanas.

A sua preservação irá depender de diversas variáveis, mas principalmente de políticas públicas que promovam modelos de desenvolvimento e regulação, compatíveis com a protecção das manifestações locais, dos saberes e fazeres, dos modos de produção, de ocupação e fraccionamento do solo e do incremento das suas potencialidades económicas, tais como o turismo e o lazer.

Neste contexto o conceito de paisagem foi evoluindo desde uma posição muito próxima da Geografia Física, até revelar maiores preocupações com os processos económicos e culturais, procurando abarcar a totalidade dos fenómenos no espaço estudado.

Assim, Rougerie e Beroutchachvili (1991, 359) afirmam que «ao contrário de natureza e ambiente, a paisagem só existe na medida e segundo o modo como o homem a percebe». Podemos dizer que paisagem não se confunde com natureza, ambiente, nem espaço geográfico, pois encontra-se no interface dos ambientes operacional, perceptual e comportamental (Sonnenfeld, 1972).

A paisagem é real e ao mesmo tempo representativa, sendo que ela faz parte da cultura e exprime as civilizações que nela habitam e deve ser encarada como o lugar do outro para que assim se possa observar as suas características correctamente, pois por necessitar do olhar humano muitas vezes a sua imagem fica distorcida e restrita á aquilo que o observador nota ou quer destacar, ocultando muitas vezes os problemas nela contidos, ou seja, o observador faz selecções que manipulam a imagem transmitida das paisagens, distorcendo o que é real.

Por isso a paisagem sendo uma experiência cultural, não deve ser referida como uma vivência puramente intuitiva e livre de pressuposições. A retórica paisagística é um meio de estabelecer, num determinado contexto cultural, a relação entre fisionomia e identidade territorial, não estando apenas limitado à sensibilidade estética daqueles que a usam.

Nas abordagens geográficas coexistem diversos conceitos de paisagem, articulados com os diferentes paradigmas da disciplina. O regresso à paisagem não é só apanágio da geografia, manifesta-se vários outros domínios onde é necessário apreender a luz, as formas, os ambientes, para compreender os lugares e o sentido do espaço e do tempo; daí as novas paisagens da pintura, da literatura, da arquitectura e a continuidade renovada da fotografia (Gaspar, 2001).

Como referiram Phillipe e Genevève Pinchemel (1992, 377), têm sido reveladas nas «novas paisagens» outras dimensões valorativas, para além da «paisagem como quadro de vida» também a paisagem-património, a paisagem-valor de identidade, e a paisagem-recurso. Desde que a paisagem ganhou esta nova dimensão não tem, deixado de estar presente na preocupação de artistas, viajantes, cientistas e até de políticos.

É de crer que o interesse pela paisagem cultural tenha sido estimulado pela viagem, pela abertura ao mundo (Gaspar, 2001), e foram as revoluções da era industrial que paradoxalmente, vieram dar um novo impulso ao «paisagismo», nas artes, nas ciências, nas Humanidades, com efeitos nas representações dos lugares e dos territórios.

1.1. Paisagem como elemento multissensorial

A paisagem aparece identificada, pelo menos desde o século XVIII, pela sua expressão visível. A moda das viagens e a grande divulgação dada aos relatos do viajante no séc. XIX favoreceu, segundo Luginbuhl (1992), a associação da paisagem às características de um dado território, traduzidas na combinação local dos elementos naturais e humanos, devido ao modo particular como se aproveitam dos recursos (Salgueiro, 2001).

A descoberta da paisagem através da pintura feita no Ocidente revela um novo interesse pela natureza, colocando uma visão diferente face ao ambiente natural e ao mundo em geral, contrariando a visão dada pelas escolas eclesiásticas. A observação começa assim a ser uma procura de emoções estéticas, semelhante ao que a pintura produz, abrindo caminho para novas descobertas para o seu funcionamento e a uma maior exploração e manipulação.

A paisagem pode ser analisada por meio do aspecto visual, que varia de acordo com a percepção do observador, e pelo aspecto social, reflectindo a realidade de um local em determinado período. Pode ser também analisada, como elemento fixo em constante transformação, como reflexo do espaço, ou seja, quando o espaço se transforma simultaneamente a paisagem também se transforma.

Esta fruição como espectáculo estético, implícita à invenção da paisagem, implica o afastamento entre o sujeito e o objecto de contemplação (a natureza), a mobilização dos sentidos e a aprendizagem de códigos de selecção, apreciação e valorização, os quais fazem parte de um modelo cultural, pois a representação que se faz desta, é uma maneira de ver o mundo (Salgueiro, 2001).

De facto, a pintura de paisagem levou as pessoas a olhar a natureza com outros olhos, pois ao fazer da natureza tema de quadros, objecto e condição da beleza, valorizou o

território como espectáculo estético (Ronai, 1976) e instituiu uma nova forma de olhar o território em busca de prazer.

Ao observarmos uma paisagem, os nossos sentidos são estimulados e as sensações são processadas pelo nosso intelecto, que no processo cognitivo, atribui valores subjectivos e objectivos e forma as representações.

Outro aspecto que merece destaque é a importância da literatura no tocante à paisagem, pois os textos artísticos estão carregados de percepções que os textos científicos não conseguem transmitir. Obras que relatam a paisagem, quando encarada como factor cultural, devem levar em consideração os processos culturais. A apropriação estética, nesse sentido, é fundamental na sua construção, pois esta é algo de extrema relevância para a nossa existência.

Para a Geografia Humana, a paisagem será um território visto e sentido, cada vez mais subjectivo e elaborado pela mente. O enfoque centra-se no indivíduo, nas suas práticas e nas representações que ele elabora do mundo exterior, e que condicionam, por sua vez, o comportamento. No entanto, o acentuar da importância da representação tornou-se tão grande que, segundo Brunet (1974, 200) «que importa a realidade, se a decisão é função, não da realidade, mas da ideia que se faz dela?».

Este tipo de abordagem encontra-se entre autores das correntes da Geografia das Representações ou de Geografia Humanista (Salgueiro, 2001), correntes que aproximam a Geografia das tendências fenomenológicas e existencialista também em expansão noutras ciências sociais. Para Cosgrove (1984, 13) a paisagem é o «mundo exterior mediatizado pela experiência subjectiva dos Homens, portanto um modo de ver o mundo», enquanto para Tuan (1979, 89) trata-se de «uma imagem integrada, construída pela mente e pelos sentidos».

De facto, muitos procuram o estudo da paisagem pelo seu carácter subjectivo, susceptível de se basear na experiência e ser enriquecido através dela, incorporando sensibilidade (Cosgrove, 1984)¹.

Esta linha vai concretizar-se no que se poderá chamar uma geografia das percepções, das representações e do comportamento. Focada inicialmente nos processos cognitivos,

¹ Cosgrove (1984:34) refere que «Com a Geografia Humanista a paisagem re-emergiu como palavra importante porque o seu sentido afectivo permite escapar da posição de “outsider” e incorporar a sensibilidade na ligação empenhada com determinados lugares».

nas inter-relações destes com as escolhas espaciais, «as paisagens humanas são a expressão de decisões orientadas por um misto de motivações individuais e económico-sociais projectadas no espaço sensível (...)» (Rimbert, 1973, 234).

As paisagens também exprimem os laços afectivos entre as pessoas e os lugares, cria-se um ícone paisagístico que corresponde ou traduz os valores dominantes da sociedade. Seja como fonte de sensações, seja como modo de ver um território, o facto é que as abordagens recentes têm valorizado os aspectos subjectivos da relação das pessoas com o ambiente.

Os lugares deixam de ser realidades fisionómicas com sentido geométrico, para serem construídos pela experiência, representando sítios de segurança e de ligação afectiva (Rimbert, 1973).

Em termos conceptuais, as múltiplas pesquisas sobre a paisagem têm feito ressaltar a importância de novas dimensões, que vão para lá da simples apreensão visual ou da resultante das relações entre o Homem e o Meio e incluem a totalidade dos sentidos na apreensão das paisagens.

O renascimento dos estudos da paisagem em Geografia tem contemplado não só novos «olhares», como também a emergência de novas apreciações sensoriais da paisagem, com destaque para o olfacto e para o ouvido. Entraram assim no vocabulário geográfico, termos novos, como *smellscape* e *soundscape*.

A relação do sujeito com o espaço é uma experiência sensorial ampla e complexa na qual intervêm sentidos como o cheiro, o tacto e a visão. Contudo, a observação, directa ou indirecta, continua central na espacialização e conseqüente criação de territórios pessoais (Porteous, 1996).

As paisagens olfactivas, embora menos consciencializadas que as outras paisagens, deixam impressões fortes na memória dos lugares e dos momentos variando no espaço e no tempo e têm claras diferenciações de lugar para lugar. Ocupam uma presença importante nas memórias, que pode determinar decisões, com reflexos no ordenamento espacial das pessoas e das actividades (Gaspar, 2001).

A abordagem sistemática das paisagens olfactivas é feita pelo geógrafo canadiano J. Douglas Porteous (1977; 1982; 1985), que terá mesmo «fundado» o conceito de *smellscape* afirmando que o homem, no seu processo de evolução social, tenha perdido muito da sua capacidade olfactiva.

Também o interesse pelo som das paisagens (*soundscape*) é recente entre os geógrafos e manifesta-se sobretudo na corrente «Humanista», no contexto das experiências sensoriais que os lugares facultam. Mas o elemento som/ruído preocupa cada dia mais os profissionais do Ordenamento do Território, no contexto da qualidade ambiental.

Os sons, apesar do crescente ruído de fundo, sobretudo em ambientes urbanos, são referências fortes nas leituras e memórias dos lugares, tanto pela presença como pela ausência. Só quando saímos da grande cidade e nos «embrenhamos» no campo, fora das fontes sonoras artificiais, nos apercebemos do como é poderoso o pano de fundo sonoro do meio urbano.

Ao escutar o silêncio de uma planície ou praia deserta, é que se toma consciência da dimensão da poluição sonora das nossas cidades, dos nossos ambientes de trabalho, das nossas casas. Por isso o “som” é também um atractivo turístico, sobretudo em áreas de baixas densidades populacionais.

Por outro lado, há hoje uma preocupação com o paisagismo sonoro em espaços públicos em especial nas zonas urbanas cujo objectivo é, mostrar que este pode amenizar o ambiente, tornando-o mais agradável e atractivo.

1.2. Paisagem de memória e identidade

A paisagem contém uma componente antropológica, uma memória ou marca deixadas por sucessivas transformações naturais e humanas. As paisagens são património cultural, elemento imprescindível da identidade de um povo ou até de um modelo de coesão de um Estado pois as pessoas identificam-se com determinadas porções de território, desenvolvem laços afectivos com ele e o território torna-se assim parte do (s) sujeito (s).

Surge-nos, também a ideia de que a paisagem é uma auto-biografia colectiva que reflecte gostos, valores, aspirações e medos. As paisagens biográficas, percorrem os caminhos da vida de alguém que nos deixou memórias; são as paisagens que podemos visitar através de dois percursos, complementares. O da imaginação, auxiliada ou não por documentos (escritos, fotográficos, orais, edificados) ou revisitando com olhar retrospectivo a materialização, possível de uma vida (Gaspar, 2001).

A diversidade paisagística decorre tanto da sua longa espessura histórica como dos procedimentos que as comunidades diacronicamente encontraram para prover a sua subsistência. O papel dos lugares como referência de um determinado território é importante não só para compreender o aspecto mítico do lugar, como também, e sobretudo, para reconstruir identidades. Como iremos ver, temos em Portugal um exemplo desta afirmação como é o caso do Buçaco, em particular durante o período conturbado do reinado de D. Carlos I.

Recordar os acontecimentos que marcaram um lugar é dar-lhe um significado, um espaço com dimensões de objectivar, que traduz as crenças e os valores da sociedade. É repositório da cultura e estilos de vida das formações sociais anteriores, base da ligação das pessoas ao território, que faz parte da memória e identidade dos indivíduos e das sociedades (Salgueiro, 2001, 50).

O relatório «European Landscapes», elaborado para a Agência Europeia do Ambiente (Washer e Longman, 2000) afirma que «quer seja à escala local, regional, nacional ou ainda internacional, as paisagens exprimem a unicidade e identidade de cada lugar, reflectindo tanto a história natural como cultural de um território, num determinado momento».

O papel da paisagem na identidade local e regional tinha já sido destacado por Orlando Ribeiro (1993), ao afirmar que a paisagem de hoje corresponde a um produto do passado e constitui por isso, um registo da memória colectiva. Neste contexto a paisagem torna-se um elemento poderoso de identificação cultural, como a língua e a religião e o mais espantoso é que, ainda como a língua e a religião, também a paisagem se actualiza (Gaspar, 1993).

Por outro lado, a paisagem enquanto representação e extensão territorial acaba de facto por não se diferenciar pois todo o espaço geográfico é um produto social, uma espacialização construída pela acção transformadora dos grupos sociais num processo contínuo que implica avaliação da realidade exterior.

Este percurso pela bibliografia geográfica sobre a paisagem revela como a importância deste conceito variou no tempo e está ligada a diferentes escolas de pensamento. Demonstra que sempre existiu ambiguidade em torno do conceito de paisagem, que deriva da diferença entre aquilo que se vê (a realidade) e o modo como é visto (Salguei-

ro, 2001). Esta dualidade leva Rochefort (1974) a distinguir a paisagem objectiva, a que Lacoste (1977), chama de real, da paisagem subjectiva, ou seja, a ideia que se tem dela.

Hoje sabemos que a paisagem é frágil, especialmente no período em que vivemos, com ameaças de destruição sempre presentes, como a poluição, os desastres naturais, as guerras, a crescente urbanização a exploração dos recursos naturais, a pobreza e até a massificação do turismo. Por isso, têm-se dedicado cada vez mais à conservação da paisagem e do património que lhe está associado, criando-se para o efeito normas e critérios de avaliação que possam vir a fazer parte do património mundial, contribuindo assim para a sua conservação.

2. Conservação do património e das paisagens culturais

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) promove o reconhecimento de que certos locais e bens culturais têm valor universal excepcional, e devem fazer parte do património comum da humanidade.

Com um instrumento jurídico a nível internacional, uma das suas finalidades é proteger o património cultural e natural, material e imaterial para que possa ser transmitido às futuras gerações. Para isso tornou-se necessário definir linhas orientadoras, nomeadamente fazer uma avaliação, dos bens naturais, culturais, materiais e imateriais, que possam vir a pertencer à lista do património mundial, assim como definir o desempenho dos Estados para a protecção, valorização e preservação destes bens.

A dimensão mais ampla da identidade e, por consequência, do património, coincide com o planeta que habitamos. É fundamental não esquecer que a nossa identidade partilha das mesmas origens com outras espécies vivas, animais e vegetais, que habitam o mesmo ecossistema. Assim a UNESCO agrupa os bens em património cultural e natural, património móvel e imóvel e património tangível e intangível.

Na Europa, as paisagens têm vindo a ser reconhecidas como uma componente fundamental do património natural, histórico, cultural e científico. Tal como se defende na Convenção Europeia da Paisagem (Conselho Da Europa, 2000), as paisagens constituem um elemento fundamental da identidade local e regional.

Tem-se vindo a constatar que as paisagens europeias, devido a uma diversidade de factores, se encontram num processo acelerado de transformação em várias e diferentes direcções, o que justifica a necessidade de intervenção. A UNESCO já antes defendia a protecção de paisagens de elevado valor cultural e natural mas, a partir dos anos 90, passou a considerar-se a paisagem em todo o território e todos os tipos de paisagem.

A conservação e a preservação da paisagem é um processo contínuo, envolve a Convenção para o Património Mundial, os Estados, e os cidadãos. De facto, preservar a

integridade do património não depende só do(s) Estado(s), depende também da vontade e da responsabilidade de todos os cidadãos. As acções individuais e quotidianas simples são essenciais para a conservação dos lugares ou dos objectos patrimoniais.

Em vários documentos de âmbito europeu, a paisagem é vista como a expressão das numerosas relações estabelecidas ao longo do tempo entre os factores naturais e humanos num determinado território e tem vindo a ser considerada como uma das bases mais adequadas para a gestão integrada e equilibrada do espaço europeu (Green, 2000; Washer, 2000; Washer & Jongman, 2000; Vos & Klijn, 2000), visando a sua protecção e gestão integrada. Estes conceitos referem-se sempre a uma paisagem cultural, dominante no espaço europeu, expressão dos diversos factores naturais existentes mas, também, da acção humana sobre esses factores. A paisagem natural seria aquela em que a articulação dos diversos factores naturais ao longo do tempo não fosse afectada pela acção humana, o que só acontece muito pontualmente na Europa.

É para isso necessário identificar as paisagens, os seus limites, o seu carácter, as tendências e ameaças a que estão sujeitas. Só este reconhecimento pode levar à definição de estratégias e instrumentos numa lógica de subsidiariedade, seguindo orientações mais vastas mas respeitando a especificidade local e mantendo a sua identidade (CEMAT, 2000).

A paisagem e o património cultural têm acima de tudo uma função social, cultural e humana, assumindo, também uma importância capital na identidade cultural dos povos. A memória cultural dos povos, isto é, a iconografia, está na base da cultura e nela está o homem. Ao preservarmos a paisagem cultural estamos a manifestar uma vontade de que no futuro, outros a possam desfrutar e, por outro lado, porque também o equilíbrio das espécies e a vida na terra, dependa fundamentalmente desta atitude.

Em Portugal temos um exemplo digno de destaque que é a paisagem cultural de Sintra que foi classificada pela UNESCO. Sintra foi, no século XIX, o primeiro foco da arquitectura romântica europeia. Fernando II transformou as ruínas de um mosteiro em palácio onde a nova sensibilidade se exprimiu pela utilização de elementos góticos, egípcios, islâmicos e da Renascença e pela criação de um parque conjugando essências locais e exóticas. Outras residências de prestígio foram construídas segundo o mesmo modelo na serra e fizeram deste local um exemplo único de parques e jardins que influenciou diversas paisagens na Europa.

Na figura seguinte podemos observar o mapa que nos indica a distribuição dos bens classificados pela UNESCO a nível nacional.



Figura 1 - Mapa dos bens classificados em Portugal - Fonte: <http://www.parquesdesintra.pt>

A UNESCO adoptou em 1972 a Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural, que tem por objectivo proteger os bens patrimoniais dotados de um valor universal excepcional.

Conforme estipulado nas Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial, o Comité do Património Mundial é composto por 21 representantes dos Estados, eleitos para mandatos de 6 anos, e tem quatro funções essenciais:

- Identificar, com base nas propostas de inscrição apresentadas pelos Estados, os bens culturais e naturais de valor universal excepcional e inscrevê-los na Lista do Património Mundial.
- Vigiar, em ligação com os Estados, o estado de conservação dos bens inscritos na Lista do Património Mundial.

- Decidir quais os bens, de entre os inscritos na Lista do Património Mundial, que devem ser incluídos na "Lista do Património Mundial em Perigo".
- Determinar os meios e as condições mais apropriadas de utilização dos recursos do Fundo do Património Mundial para ajudar, na medida do possível, os Estados, a salvaguardar os seus bens de valor universal excepcional.

São considerados como património cultural (art.º 1 da Convenção):

- Os monumentos – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
- Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
- Os locais de interesse – Obras antrópicas, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

São considerados como património natural (art.º 2 da Convenção):

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.
- As formações geológicas e fisiografias e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.
- Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

São considerados património misto, cultural e natural, os bens que respondem a uma parte ou à totalidade das definições de património cultural e natural que constam dos artigos 1º e 2º da referida Convenção.²

² Adaptado do texto on-line em www.unesco.org

As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas.

Em suma, a paisagem cultural é considerada um bem cultural onde integra a categoria apontada na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural satisfazendo, por isso, os dez critérios de selecção dos bens da Lista do Património Mundial, bem como nas Orientações para Aplicação da Convenção. Satisfaz ainda, segundo o mesmo parâmetro da Convenção, os critérios de autenticidade e valor excepcional.

Daqui se pode depreender o grande significado e impacto que a paisagem cultural tem e pode vir a ter no desenvolvimento local, regional, económico, turístico e de promoção e projecção nacional a nível internacional.

Por outro lado, a salvaguarda e o respeito pelo património das comunidades abre caminho para uma crescente sensibilização para a sua importância e reconhecimento. A esta porção intangível da herança cultural dos povos, dá-se o nome de património cultural imaterial.

Podemos considerar património cultural imaterial, seguindo a designação aprovada na Convenção de Outubro de 2003, que incluiu estudos técnicos e discussões internacionais com especialistas, juristas e membros de vários governos, para a salvaguarda do património cultural imaterial, como “As práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural”.

O património cultural imaterial manifesta-se assim, em domínios como a língua, o artesanato, artes do espectáculo, eventos festivos tradicionais, conhecimentos e práticas relacionados com a natureza.

Uma visão mais objectiva e focalizada do património cultural material e imaterial promove o desenvolvimento interno e a capacidade de afirmação externa do lugar. A competitividade entre os lugares passa pela sua afirmação política mas também pela forma como seduz e capta estes fluxos diversificados de agentes.

É reconhecida a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não é só de aspectos físicos que é constituída a cultura de um povo, há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos de forma oral ou gestual, recriados colectivamente e modificados ao longo do tempo.

Tendo em conta a importância do património e da complexidade envolvida na definição dos seus limites e da sua protecção, a UNESCO tem-se esforçado para criar e consolidar instrumentos e mecanismos que conduzam ao seu reconhecimento e defesa.

Essa persuasão implica um conjunto complexo de técnicas de marketing territorial e um processo estrutural por etapas que passa por um posicionamento estratégico ajustado e inovador.

Os valores relevantes, como a localização geográfica, a qualidade ambiental e paisagística, o património cultural e monumental, de um determinado lugar não devem contudo ser alterados, modificados ou desprestigiados em favor de uma boa rede de acessibilidades e serviços de apoio ao turista, e às empresas ligados ao turismo.

3. Turismo e marketing territorial

O Turismo é visto muitas vezes como instrumento preponderante do lazer, cultura, mobilidade, conhecimento e fonte de riqueza. Ele, é em termos conceptuais, um dos produtos mais recentes da civilização moderna, tornando-se, em apenas meio século, numa das suas principais actividades económicas, onde melhor se espelha a essência do que hoje se designa por globalização ou mundialização³.

Os turistas procuram os lugares que se revelam pelas paisagens, pois elas representam um elo entre o viajante e o mundo a ser descoberto. As culturas e o modo como elas criaram paisagens diferentes despertam o desejo de “conhecer” o desconhecido e de “sentir” a experiência vivida.

O turismo é cada vez mais uma actividade com impactos em múltiplos domínios da sociedade, nomeadamente, o emprego, desenvolvimento, educação, ambiente, saúde, cultura (EU, 2003).

Assume-se como um dos principais sectores da economia mundial sendo expectável que o mercado turístico alcance um total de 1.600 milhões de pessoas em 2020 o que será equivalente a 20 % da população existente nesse período Esta massificação tem um impacto muito concreto na economia: O turismo representa actualmente mais de 10% do PIB mundial e emprega mais de 100 milhões de trabalhadores em todo o mundo (World Tourism Organization, 1997).

Nos últimos anos, a coesão territorial tem sido uma das preocupações crescentes de governos nacionais e supranacionais. Esta preocupação resulta dos crescentes desequilíbrios espaciais, que têm conduzido a uma concentração excessiva em certas zonas mais urbanas e ao abandono de grande parte do território rural. Este facto é particularmente evidente em Portugal, que conheceu transformações profundas a seguir ao 25 de Abril de 1974. Uma sociedade que se urbanizou e vastos territórios ficaram (des)povoados ou

³ O conceito globalização é oriundo da escola Anglo-Saxónica enquanto o termo mundialização é oriundo da escola francesa. Ambos assumem o mesmo significado (Almeida, 2009).

são ainda “vivos” pelos últimos guardiões de culturas rurais tradicionais, envelhecidos.

Os instrumentos e filosofia de marketing poderão contribuir para a inversão (ou pelo menos, abrandamento) deste processo, reforçando a competitividade das regiões periféricas com valor patrimonial. Nesse contexto, aplicam-se os conceitos de marketing numa perspectiva de desenvolvimento territorial.

O entendimento sobre este assunto baseia-se na ideia de que os territórios se desenvolvem por processos de reflexão estratégica, planificação, acção e comunicação. Esta afirmação implica instrumentos como o ordenamento do território, a gestão das actividades económicas e dos recursos humanos ou, a jusante de tudo, a (re) construção e divulgação de uma imagem atractiva e sedutora.

A complexa construção da imagem dos lugares não depende apenas de campanhas formais. O modo como cada território é percebido bem como as diferentes representações que esse lugar é objecto, directa ou indirectamente, afectam os olhares, as decisões e os comportamentos de turistas, investidores e potenciais novos residentes. Nessa divulgação recorrem-se a diferentes códigos de linguagem, desde a escrita à visual e à sonora.

A imagem de um território pode ser também, afectada por acontecimentos de curta duração, como uma catástrofe ou qualquer outra circunstância de insegurança, mas a forma quase sempre selectiva e redutora como são representados tem efeitos duradouros. Estas representações ganham agora maior relevo porque se associam, quase sempre, a meios de difusão mais poderosos e com maior capacidade para atingir públicos alargados.

Mais do que um reflexo (passivo) do mundo, as expressões visuais são importantes documentos de análise em Geografia sobretudo porque têm condicionado comportamentos, modelos de apropriação do espaço e a consequente construção das territorialidades individuais ou colectivas.

O marketing é, pois uma actividade planeada e orientada por objectivos que aliados ao factor territorial, se torna num instrumento necessário para a competitividade e o desenvolvimento local e regional. As estratégias formais de marketing territorial são definidas para diferentes circunstâncias e ajustadas a cada uma em particular. O marketing criado em torno das paisagens acaba, muitas vezes, por privilegiar determinados

lugares em detrimento de outros, considerados menos atractivos, causando assimetrias sociais.

Nalguns casos, organizam-se campanhas para dar visibilidade e afirmar a identidade de lugares até então pouco reconhecidos e com imagem global débil, facto no geral associado ao seu fraco protagonismo mediático, político ou económico.

Noutros casos, pretende-se manter e consolidar uma imagem já antes positiva e atractiva mas que, em contextos de forte instabilidade e concorrência, deve ser reforçada. Noutras circunstâncias, deseja-se recuperar a visibilidade positiva de um lugar que passou, por exemplo, por uma crise de insegurança social ou ambiental cuja gravidade poderá afectar a atractividade desse espaço, facto especialmente relevante para alguns territórios turísticos.

Por outro lado a utilização de símbolos locais é visível nos espaços de circulação como as estações de comboio e de metropolitano, as paragens de autocarro e os aeroportos que, pelas suas representações visuais, se territorializam e enquadram no espaço geográfico em que estão inseridos. Não podemos esquecer o papel que a imagem detém como instrumento pedagógico fundamental no campo da educação ambiental.

As representações gráficas, através de cartazes afixados nas áreas urbanas, nas praias ou nas florestas, condicionam comportamentos e valorizam boas práticas. Os painéis visuais são também interfaces de interpretação da paisagem daí a importância da sinalética na educação para a sustentabilidade nos parques naturais e noutras zonas protegidas

De referir também, que as estações ferroviárias serviram de plataformas de divulgação de lugares de afirmação da individualidade e das identidades locais, numa complexa relação entre movimento e o convite à paragem: a tradicional fixação de painéis de azulejos em algumas estações ferroviárias em Portugal é testemunha disso mesmo (Fernandes, 2008).

Na figura seguinte podemos observar painéis de azulejo que foram durante muito tempo a “matéria-prima” usada como representação visual do lugar e de apelo à memória e aos sentidos.

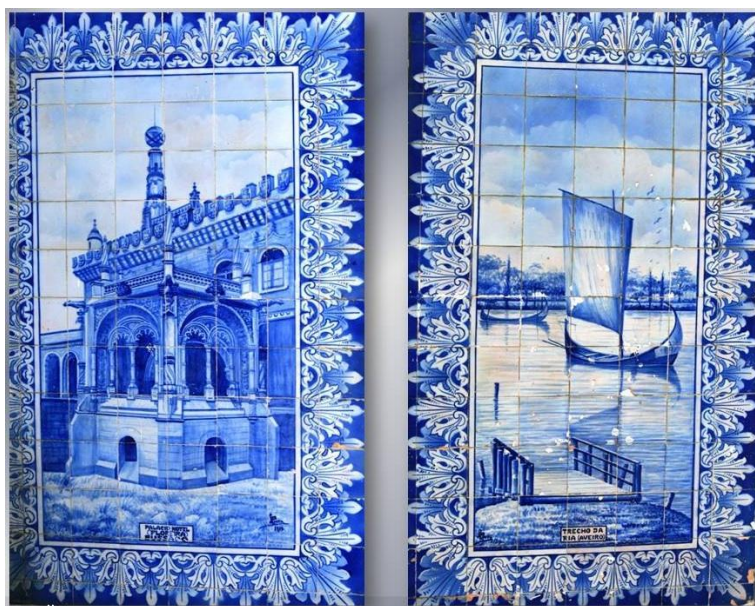


Figura 2 - Painéis de azulejo representando o Palace Buçaco e a Ria de Aveiro, (Autor, 2010)

Estas representações têm valor patrimonial, evocativo do passado e de fixação da memória. A consolidação das identidades nacionais e a agregação em torno de ícones colectivos beneficiou também, da circulação de representações de paisagens, monumentos, ilustrações de acontecimentos históricos e personagens heróicas. Como iremos ver adiante, o Buçaco é um desses ícones que teve um papel determinado num período histórico, serviu (ou não) para consolidar a identidade nacional e reforçar a imagem da monarquia constitucional da época.

As representações visuais podem condicionar não apenas a afirmação de territórios políticos mas envolver-se também nos valores e métodos de apropriação do espaço geográfico, sobretudo na sua perspectiva ecológica.

A arte visual foi deixando marcas na territorialidade das populações e na organização do território, em questões que vão desde a construção de identidades nacionais aos fluxos turísticos. De certo modo, essa dinâmica transformadora do espaço foi acompanhada e reproduzida por técnicas de representação visual, como a fotografia, mas também a pintura e a ilustração.

A fotografia é o elemento que, pela sua tecnologia, qualidade de fixação do tempo e do espaço, regista e deixa a memória de territórios desaparecidos, paisagens transformadas (Fernandes, 2008). A fotografia, mais que uma memória visual, é o registo dessa passagem, tão mais importante quanto mais relevante é o ícone visitado.

Estes ícones são reproduzidos em plataformas diversificadas como a internet e publicações impressas, como revistas de promoção turística, roteiros e guias de viagem. Contudo, se os materiais de promoção turística reflectem a moda e os gostos dos consumidores, também são sensíveis às transformações operadas no território e às mudanças de estratégia dos agentes promotores.

A instrumentalização das artes gráficas na venda de lugares ou produtos amplificou-se nos últimos anos, devido aos recentes desenvolvimentos tecnológicos no domínio da captação, edição e difusão das imagens. No caso particular da fotografia, a utilização de técnicas permite uma maior omnipresença da câmara, assim como novos ângulos e imagens de conjunto.

A digitalização e tratamento computacional, através de aplicações específicas de edição, ampliam as possibilidades de manipulação e (re) criação da imagem. Este facto volta a colocar o problema da frequente falta de correspondência entre a sofisticação e elegância da representação e a realidade que a suporta, como se comprova com a qualidade gráfica dos mais recentes folhetos de promoção turística.

A democratização do acesso é outro fenómeno marcante. Com algumas excepções estratégicas, as imagens não são exclusiva propriedade do Estado e outros agentes de poder. Ferramentas informáticas como o Google Earth dão acesso público a imagens de lugares próximos ou longínquos, em várias escalas geográficas, numa reprodução tridimensional. À democratização do acesso acrescenta-se também o aumento da capacidade e velocidade de divulgação.

Os postais tradicionais ilustrados coexistem agora com colecções de imagens comercializadas em suporte digital, como CD ROM's ou DVD's, numa hiper-acumulação de referências visuais nem sempre fácil de assimilar mas que se integra num dos sectores com maior crescimento económico na Europa, o das indústrias culturais (European Union, 2006).

O destino turístico assume-se como o elemento preponderante da oferta desta indústria pois é dela que emanam os atributos geradores de expectativas nos consumidores.

As recomendações de amigos e familiares são um dos mais poderosos instrumentos de formação de imagem do destino turístico (Baloglu & McCleary, 1999).

O destino é tomado como uma amálgama de produtos individuais e oportunidades de experiências que interligados darão corpo à experiência total da área visitada (Murphy, 2000).

O conceito de produto turístico não tem uma definição única, segundo Baidal (2003), podemos perceber três pontos fundamentais:

1. **Carácter descritivo:** A oferta turística é entendida como um conjunto de bens e serviços guiados pela procura. O elo de ligação é o consumo de alojamento, restaurante, transporte, tudo unido pela comercialização de bens e serviços. Pode-se entender como um produto concreto, orientado para determinados segmentos de mercado, os produtos de mercado, os produtos turísticos específicos, como o turismo de saúde, desportivo, de sol e praia, de congresso, entre outros.
2. **Foco no processo de produção turística:** É um plano ou programa de viagem de ida-e-volta que um turista realiza. Pode ser elaborado pelo próprio turista (auto-consumo) ou por um profissional sob a forma de pacote turístico.
3. **O enfoque que identifica a oferta turística como um produto global ou destino:** Um produto turístico é uma combinação de prestação de elementos tangíveis e intangíveis que oferecem alguns benefícios ao cliente como resposta para certas expectativas e motivações. O produto aqui é concebido como uma realidade integrada que os turistas percebem e que não é composto por um único elemento mas por um conjunto. De um ponto de vista territorial, o produto turístico é o destino no seu todo, ou seja, o território.

Por outro lado o termo de produto turístico global pode ser definido como “um pacote de componentes tangíveis e intangíveis baseados nas actividades do destino”, sendo este pacote entendido pelo turista como “uma experiência disponível a um determinado preço” (Middleton & Clark, 2001, 124-125). Para estes autores, o produto turístico pode ser dividido em dois níveis: o nível total que inclui a totalidade de experiência que o turista enfrenta desde a sua partida até ao regresso e o nível específico que reporta à componente oferecida por uma organização particular.

Neste caso, os recursos turísticos tomam uma dimensão de bem público que, por determinação económica a utilização do bem por parte de um elemento reduz a sua quantidade disponível para outros, mas é contudo difícil excluir alguém do seu consumo. No sector turístico, estes recursos são transversais e utilizados por múltiplos grupos de forma interdependente.

Esta imagem assume relevância tal, que vários autores a consideram o elemento central para o desenvolvimento dos destinos de lazer das pequenas organizações turísticas (Goeldner, 2000; Lerner & Haber, 2000), porém, e devido ao seu carácter de bem público, muitas infra-estruturas não são suficientemente fornecidas pelo sector privado, tendo que existir a este nível uma parceria e colaboração estreita com o sector público.

De facto, uma das principais características destes recursos é que a sua posse é repartida por regimes variados, desde o privado, estatal, associativo, livre, quer antes, quer depois do desenvolvimento turístico (Healy, 1994), o que conduz à existência de uma multiplicidade de actores que, com perspectivas de gestão e actuação potencialmente diversas tutelam grande parte dos recursos constituintes do produto turístico.

O turismo e o desenvolvimento sustentável significam, conseguir combinar os números e tipos adequados de visitantes, bem como o efeito da actividade por eles gerada no destino e dos serviços oferecidos, para que se possa manter no futuro a qualidade nas actividades em que se baseiam.

4. Turismo cultural e desenvolvimento sustentável

A ideia de que não há turismo sem cultura não é nova. Monumentos, conventos, património material e imaterial, associados à ideia da diferença e do exotismo, são há muito procurados para consumo, tornando o turismo uma actividade cultural (Vieira, 2009).

O turismo cultural participativo⁴ permite alargar e aprofundar o imaginário dos turistas, na medida em que são confrontados com uma visão mais abrangente do meio envolvente, abarcando em simultâneo as especificidades do povo, da cultura e da natureza. O envolvimento da comunidade local afigura-se assim como um factor determinante para a afirmação da identidade que será reconhecida e apreciada pelos turistas ávidos de experiências autênticas, únicas e genuínas. Por envolver directamente a comunidade local, o turismo cultural participativo proporciona ao turista a indispensável intimidade, própria da vida em comunidade.

O conceito local não tem apenas uma conotação física, representa um conjunto de relações económicas, sociais e culturais que lhe conferem características individuais, diferenciando um local do outro. O desenvolvimento local é frequentemente interpretado como o paradigma mais recente do desenvolvimento. É também conhecido sob a designação de desenvolvimento endógeno, integrado, comunitário e sustentável (Silva, 2009).

A implementação de uma política de desenvolvimento local deve visar a promoção de um processo de inovação permanente (Maillat, 1995, 164). A visão neoclássica considera que o mercado corrigirá as divergências regionais, não sendo determinante as características (endógenas) do espaço para o desenvolvimento da região.

Para enunciarmos as características comuns do desenvolvimento (endógeno) local, é útil referir a síntese realizada por Aydolat (1995, 145-148):

⁴ Turismo cultural marcado pela participação activa dos turistas nas tradições autóctones.

- Desenvolvimento Territorial – a empresa cede o lugar ao território como agente de desenvolvimento;
- Referência às necessidades básicas – o desenvolvimento deixa de ser definido em termos quantitativos e passa a sê-lo em função do que é considerado como necessidades da população como por exemplo, alimentação, habitação, emprego ou educação. É o assumir da importância da qualidade de vida.
- Desenvolvimento Comunitário – O desenvolvimento passa a ser fruto da participação activa da população desse território, o que implica a existência duma estrutura democrática com mecanismos de escolha e decisão;
- As Valorização do Recursos Locais – quer sejam os recursos naturais, quer os recursos culturais;
- Desenvolvimento Integrado – Pretende-se que todos os aspectos sociais, culturais, técnicos e económicos sejam englobados na lógica de desenvolvimento, no sentido em que se devolve ao local o controlo da vida económica;
- Uma Autarquia Selectiva – Não se trata do isolamento auto-suficiente, mas sim da capacidade de, localmente alargar a “cadeia de valor” do processo produtivo, expondo-se o território menos à deslocação dos seus recursos;
- A Pequena Escala e as Novas Inovações de Carácter Local – são o retorno das Pequenas e Médias Empresas (PME), mais integradas no território, que simultaneamente permitem uma maior capacidade de adaptação às crises e um retorno do controlo da economia comunidade. Mais do que a “grande” empresa, é o meio que promove a inovação, como a flexibilização, a pequena escala e a informalidade (Cerqueira, 2001).

A ênfase está cada vez mais colocada nos recursos “construídos” como a tecnologia, a qualificação dos recursos humanos e os métodos de gestão. Vital para esta capacidade produtiva são os processos de aprendizagem que permitem criar e transmitir o conhecimento necessário para a evolução dessa região numa economia global.

O desenvolvimento sustentável não é uma situação estática mas um processo de mudança em que a exploração dos recursos naturais, a orientação dos investimentos, a aplicação de técnicas e desenvolvimento de instituições e empresas terá a finalidade de

reforçar um potencial socioeconómico apto para resolver as necessidades e aspirações da humanidade (Geota, 2006).

O modelo sustentável baseia-se nos princípios da preservação, do respeito e valorização do património cultural e natural, nas singularidades e particularidades do território, que se converte no protagonista da oferta e na qualificação e diversificação do produto turístico. O turismo é uma das indústrias menos regulamentadas, o que pode trazer sérias implicações para os ecossistemas, comunidades locais e culturas de todo o mundo.

Contudo, o fenómeno turístico, aliás como em todos os aspectos da sociedade do século XXI, está em profunda mudança. O novo paradigma turístico dá ao turista o papel de protagonista, pois é ele quem vive a experiência de ver, conhecer e aprender o que visita. O que conta são sobretudo as experiências e, conseqüentemente, as vivências que com elas se relacionam.

Desta forma, o que o turista paga não deve ter directamente a ver com os consumos materiais mas sim, sentir que está a ter a oportunidade de participar activamente numa experiência (Peres & Lopes, 2009).

As viagens, como experiências turísticas, deverão não só estar vinculadas ao espírito do lugar e das suas gentes, como fomentar, para além do gosto de viajar, a aprendizagem (cultural), nos lugares de destino, levando a cabo experiências significativas, em que a comunidade receptora evidencia o grau de participação e compromisso que tem com o seu ambiente cultural, paisagístico, gastronómico (o.c., 2009).

A qualidade, a originalidade e a autenticidade das propostas de ocupação do tempo de viagem são atributos cada vez mais valorizados pelos turistas. Na medida em que o espaço turístico responde a esses atributos, quer nas actividades propostas quer na experiência fruída que correspondem às expectativas da procura, originando novos fluxos, novos turistas (Ferreira, 2009).

No mercado turístico português tem-se vindo a assistir a um crescimento em que o novo perfil do turista assenta num “consumidor verde”, com sensibilidade pela cultura local e pelo seu património cultural. Detém uma maior consciência dessa cultura, tornando-se mais independente nas suas decisões e conhecedor das questões ambientais. Procura experiências desafiantes, autênticas e com significado, no intuito de contribuir para um impacto positivo no destino escolhido.

O objectivo deste segmento turístico não se centra apenas no uso do transporte, do alojamento, da restauração mas, sobretudo nas experiências culturais que os atraem de modo a obter a sua satisfação.

As grandes mudanças do turismo de hoje implicam, reforçar, pelo lado da oferta, o aparecimento de novos modelo (s) turístico (s) alternativo (s), como o turismo rural, e o ecoturismo, culminando numa lógica da sustentabilidade.

O desenvolvimento do turismo sustentável requer a compatibilização, no tempo e no espaço, entre crescimento, eficiência económica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social.

De acordo com Sachs (1993), o conceito de turismo sustentável compreende cinco dimensões:

- Sustentabilidade Ecológica;
- Sustentabilidade Social;
- Sustentabilidade Cultural;
- Sustentabilidade Económica;
- Sustentabilidade Espacial.

A sustentabilidade ecológica traduz-se na protecção/conservação da natureza e da diversidade biológica. Pressupõe o respeito pela capacidade de suporte dos ecossistemas e pelo limite de consumo dos recursos naturais.

A sustentabilidade social significa a participação do cidadão no processo de desenvolvimento para assegurar um padrão mais estável de crescimento, e menos desigual, em termos de qualidade de vida.

Já a sustentabilidade cultural pressupõe a necessidade de criar soluções de âmbito local, valorizadoras das especificidades das culturas locais.

A sustentabilidade económica, por sua vez, significa a compatibilização entre crescimento e utilização sustentável dos recursos naturais.

O turismo tem sido, em geral, entendido como um turismo de massas, litoralizado (no caso português), com graves consequências sociais e ambientais provocadas pela concentração espacial e temporal de equipamentos e infra-estruturas, criando situações de insustentabilidade.

Acresce o facto da actividade turística em Portugal ter acompanhado desde sempre as tendências internacionais, de certa forma incentivadas por legislação permissiva, tutelas complacentes e autarcas entusiastas do urbanismo turístico massificado, correspondendo ao lucro de curto prazo, longe dos critérios de sustentabilidade (Santos, 2001). De facto, o turismo pode desenvolver-se numa área territorial confinada, onde diferentes organizações terão de coordenar esforços com vista à sua potenciação. (Grängsjö, 2003).

O turismo é uma das formas mais expressivas e bem sucedidas de ocupação de tempo de lazer, sendo certo que as actividades que o incorporam não se esgotam nessa ideia. Pode dizer-se que nem todas as actividades de lazer se enquadram no conceito de turismo, mas todos os actos turísticos se fundamentam em propósitos de ocupação do tempo de lazer, em regra, estas duas ideias caminham no mesmo sentido.

Em ambas se reconhece uma recente mas crescente maior receptividade social, que se traduz num aumento do número de práticas e numa progressiva relevância económica pelo que podem ser instrumentos fundamentais para incrementar de forma harmoniosa e dinâmica, o desenvolvimento da Mata do Buçaco, como potencial temático e espaço prodigioso para o tempo livre e o lazer.

5. Tempo livre e lazer

Nas sociedades modernas, o uso do tempo livre assenta numa liberdade condicionada por aspectos culturais, de rendimento e, de forma crescente, pela massificação das práticas que é induzida pelos interesses económicos ligados à oferta de equipamentos ou de prestação de serviços.

O lazer é entendido como uma determinada parcela de tempo em que podem ocorrer actividades recreativas de livre escolha, isto é, a recreação depende da existência de um tempo livre e de várias condicionantes socioeconómicas.

O lazer é um tema central na sociedade contemporânea. Directamente relacionado com o desenvolvimento da sociedade de consumo, tornou-se uma das referências da mercadorização do tempo e do espaço, através de formas de interacção socioeconómica lideradas por processos de elitismo e de democratização, no acesso aos bens e serviços que lhe estão associados (Gama & Santos, 2008).

Toda e qualquer actividade que promova o desenvolvimento, o divertimento e o descanso do ser humano é uma actividade de lazer que segundo (Dumazedier, 1974), pode ser definida como um “ conjunto de ocupações a que o individuo se pode entregar de livre vontade, quer seja para repousar, quer seja para se divertir, se recrear e se entreter; quer para aumentar a sua informação ou formação desinteressada, a sua participação social e voluntária, uma vez liberto das suas obrigações profissionais, familiares e sociais”.

No entanto, podemos afirmar que o lazer é mais uma experiência individual do que uma definição. O estudo do lazer tem uma ligação estreita com o turismo e a Geografia, já que se centra na importância do meio físico e cultural para a formação de motivações turísticas.

Na sociedade contemporânea, a forma como é usado o tempo livre traduz entre outros factores a divisão social do trabalho. Tal como é representado na figura seguinte, estas diferenciações enraízam-se em modificações sociais que tomaram lugar sobretudo

no século passado, como sejam a redução dos horários de trabalho e o direito a férias (Gama & Santos, 1991, 59).

Daí que se possa compreender o interesse, por parte dos grandes grupos económicos, pela produção dos ócios e, por consequência, em se apossarem dos espaços que permaneciam menos aproveitados: a alta montanha, o mar, a praia.

Segundo Robert Stebbins (2000) “O lazer é uma expressão superlativa da transformação do espaço em lugar. A partilha e a apropriação do espaço assumem uma dimensão em função da identidade consoante os desejos e necessidades desse espaço”.

A terciarização da sociedade moderna tem sido acompanhada pela modificação das concepções de trabalho, tempo livre e lazer, em consequência, das suas fronteiras respectivas. O tempo livre não significa necessariamente ócio ou lazer, pode ser trabalho em muitos casos, confundido com estados ou práticas de lazer.

A sociedade contemporânea dá cada vez mais atenção ao tempo fora do trabalho, particularmente ao uso e aos tipos de relação com os objectos do quotidiano.

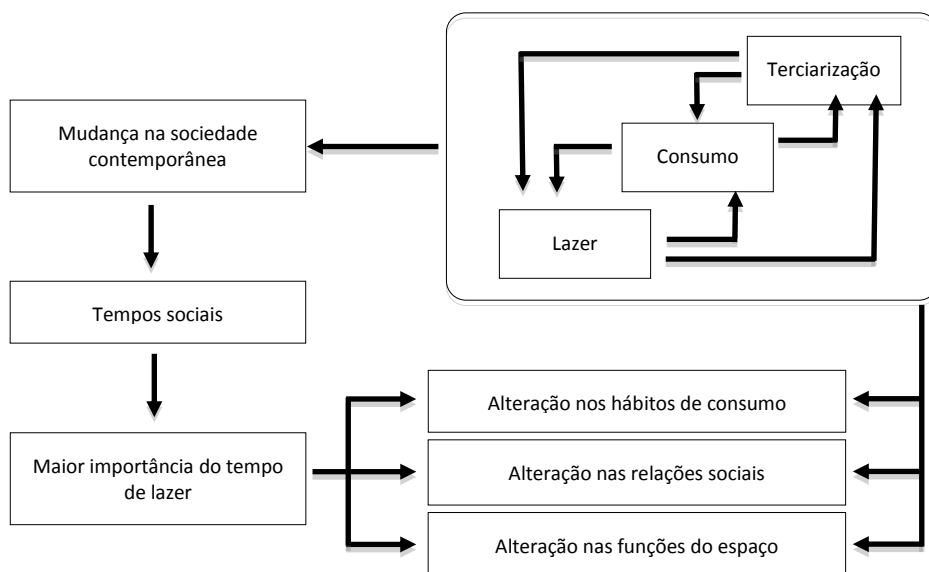


Figura 3 – Os tempos sociais nas sociedades modernas (Adap. Santos & Gama, 2008)

O tempo livre apresenta-se-nos como uma das características básicas da sociedade de consumo, na qual as actividades associadas com o lazer constituem uma fracção significativa das actividades do sector terciário, muito contribuindo para o seu aumento em diversidade e quantidade.

A centralidade do lazer na sociedade contemporânea é um facto incontornável. O lazer como fuga à rotina acentua a valorização do prazer, do hedonismo através das práticas, desde situações de espectador e de entretenimento, às das aventuras e actividades radicais, criando novas rotinas em novos tempos sociais. Os tempos e os modos do lazer afirmam-se cada vez mais como uma expressão de consumo, produto e produtor das características das nossas sociedades (Santos & Gama, 2008).

Todo o tempo é produtivo, mesmo o tempo de lazer, pois ele é sinónimo de descanso, divertimento, mas também, de desenvolvimento. O lazer altera a estrutura do consumo, as relações sociais e as funções do espaço e tem sido enquadrado como uma parcela de tempo, com um conjunto específico de actividades e como uma opção de vida. O tempo de lazer torna-se necessário cada vez mais como um tempo de consumo. Possibilita a identificação de diferentes tipos de consumidores os quais, por sua vez, apresentam, também, níveis de especificidades de procura diferenciada.

O lazer será mais variado e mais activo com o aumento generalizado da actividade física, uma tendência natural para programas de relaxamento e da prática de desportos, bem como uma cada vez mais intensa participação cultural (Parker, 1978). Verifica-se, no entanto, que algumas actividades culturais e práticas desportivas têm tendência, a ser valorizadas com maior universalidade, como por exemplo os ditos desportos radicais, espectáculos musicais e culturais.

Os lazeres são, nos nossos dias, cada vez mais produtos mercantilizados, qualquer expressão, cultural ou desportiva, obriga ao dispêndio de elevadas quantias de dinheiro. Por isso, o seu funcionamento pode tomar dimensões empresariais ou depender de formas de valorização social, do poder económico ou das políticas culturais públicas (Gama & Santos, 1991).

À semelhança de outras actividades, o lazer não pode prescindir do papel da concorrência, nem da função reguladora do Estado. O lazer é hoje um dos factores privilegiados da sociedade de consumo. É desejado e regido por modas e implica gastos elevados, traduzindo uma determinada hierarquia social entre os seus praticantes. O lazer no contexto das sociedades é um fenómeno social.

Os Governos, autoridades e suas organizações representativas, em todas as áreas de actividade e, em particular, nas que são fortemente influenciadas pela chamada globali-

zação, são confrontados com a necessidade inadiável de forjar respostas inovadoras, parcerias ousadas, assumindo riscos e derrubando preconceitos herdados do passado.

A valorização dos tempos livres é, cada vez mais, um factor decisivo de qualidade de vida dos cidadãos. É, pois, importante para o país e para milhões de pessoas que haja investimento, dinamismo e espírito de inovação na promoção de tempos livres, na medida em que estes se traduzem num acréscimo da qualidade de vida (Graça, 2002).

Os últimos anos ficaram marcados por importantes progressos no modelo social português, cada vez mais influenciado por padrões de nível europeu. Parte importante deste esforço sem precedentes, ainda que longe de estar concluído, passa pela sua tradução na qualidade das respostas e no bem-estar que, enquanto sociedade, o nosso país pode proporcionar aos seus cidadãos.

Os tempos livres são, e serão cada vez mais, uma dimensão incontornável desse esforço. E foi ao longo dos últimos anos, uma das dimensões em que se verificaram progressos mais visíveis no modelo social das sociedades contemporâneas (Graça, 2000). As práticas de lazer implicam, assim, a necessidade de actividades comerciais cujas inter-relações temos vindo a fazer referência.

PARTE II

6. Buçaco, uma paisagem singular

A Mata Nacional do Buçaco considerada Monumento Nacional em 1943, com todo seu património botânico, paisagístico, arqueológico, arquitectónico, religioso, militar e histórico, constitui um espaço impar no nosso país e, também por essa razão é o objecto de estudo deste trabalho.

De seguida, apresenta-se a Mata Nacional do Buçaco nas suas múltiplas vertentes de forma a identificar as suas raízes e conseqüente evolução e transformação ao longo do tempo. Considerar-se-á a história do Buçaco, atendendo ao património paisagístico, religioso, militar e as representações como elementos chave para a (re) construção do lugar no plano de desenvolvimento local e regional, bem como ponto importante nas rotas turísticas na Região Centro.

As representações vividas pelos que visitaram o Buçaco ao longo dos tempos serão também abordadas no sentido de podermos observar os elementos sensoriais de cada um pelo que ajudaram a (re) construir a imagem.

As representações literárias são uma referência importante no que toca à paisagem, em particular no Buçaco, pois usam textos artísticos carregados de alma e percepções sensoriais que nesta tese são um complemento interessante das abordagens científicas. São representações que relatam as paisagens de determinados lugares e as enriquecem, como por exemplo “O Buçaco na Literatura – Antologia”, referido por António Breda Carvalho ou a “Viagem a Portugal” de José Saramago.

Se a paisagem cultural é um processo sempre em inovação, ela não é, contudo, ideologicamente neutra, concretiza-se em especial pela sua transformação como elemento inovador com narrativas únicas que marcaram a apropriação simbólica do espaço. Assim podemos ter as representações literárias, orais ou escritas, descrevendo as belezas da paisagem, as representações pictóricas e as interpretações paisagísticas, traduzindo uma visão estética da natureza.

A paisagem cultural do Buçaco é marcada pela sua dupla condição de espaço físico e de construção ideológica, tendo ficado como um ícone político e social, fruto do espírito

da época dos descobrimentos, cenário de conflito de guerra, político, ideológico e imagem de referência de gloriosa memória do passado e de mística tradição.

A singularidade do Buçaco tem sido confirmada por ser um espaço de refúgio e isolamento religioso, bem como um local de lazer e romantismo pelo denso arvoredo, fontes murmurantes de águas cristalinas por entre o verde, os jardins compostos e coloridos e sombras acolhedoras. O efeito cénico do luar, cuja luz se projecta e reflecte nesta paisagem única cria um ambiente de pura espiritualidade e meditação que constitui um dos melhores e mais emblemáticos refúgios naturais.

Tudo isto, torna o Buçaco o sítio ideal para a cura dos padecimentos do espírito, para restaurar forças dos traumatismos provocados por uma vida agitada, trepidante, insegura, com interrogações sobre o futuro. É por isso, um lugar de vilegiatura que atrai turistas de todas as classes sociais para gozarem a beleza do local ou ainda, por motivos estritamente religiosos (Lopes, 1983).

O complexo termal do Luso marca a paisagem próxima do Buçaco que alia tradição e modernidade. Entre hotéis, monumentos e museus vão-se traçando percursos que definem o Luso, como fonte de água termal e de lazer. É no Luso que melhor se sente o invulgar entendimento entre tradição e modernidade, e este é o segredo desta Vila Termal onde, desde o final do século XIX, a preocupação com a preservação da saúde, o descanso, o lazer e os benefícios da terapia pela água deram origem a uma época áurea do termalismo, fazendo florescer quintas, villas, hotéis e chalets.

O Luso e o Buçaco são dois lugares intimamente ligados, onde o destino turístico, natureza e o património edificado podem ser fruídos ao máximo. Esta é sem dúvida uma mais-valia em termos do desenvolvimento da economia local e regional, emergindo assim, o espírito pioneiro que veio dar os primeiros passos nas áreas do turismo na região, reforçando a sua identidade e sentido de pertença.

Assim, iremos dedicar a segunda parte do trabalho às temáticas que proporcionam conhecimentos da paisagem cultural do Buçaco, através do seu enquadramento geográfico, histórico, natural, religioso e as suas representações, seguindo uma perspectiva multidisciplinar, bem como a apresentação de algumas linhas de acção de desenvolvimento para o Buçaco.

7. Enquadramento geográfico

O Buçaco situa-se no concelho da Mealhada localizado na Região Centro, na parte sul do distrito de Aveiro e integra-se na Unidade Territorial do Baixo Vouga, sendo no entanto, de referir que em 1 de Janeiro de 2007, a Mealhada passa a integrar-se na Unidade Territorial do Baixo Mondego. Possui uma área territorial de 112 Km², distribuída pelas oito freguesias de Antes, Barcouço, Casal Comba, Luso, Mealhada, Pampilhosa, Vacariça e Ventosa do Bairro.

Em termos de infra-estruturas rodoviárias, o município é atravessado pela A1 com acesso pelo nó da Mealhada, pelo IC 2 que atravessa o concelho no sentido Norte - Sul, pela EN 234 (Mira - Mangualde) e por uma rede viária municipal extensiva a todas as freguesias. É também, atravessado pelas linhas de caminho de ferro do Norte e da Beira Alta, constituindo a estação de Pampilhosa um nó ferroviário de significativa importância.

A faixa Este do Concelho, correspondente às Freguesias de Vacariça e Luso, integra-se na área do conjunto montanhoso que constitui a Serra do Buçaco e apresenta, por isso, um relevo bastante vigoroso de declives diversos, na generalidade bastante acentuados (superiores a 30°), rasgado por uma malha hidrográfica relativamente densa associada principalmente à bacia do Rio Cértima.

Relativamente à altitude, a Mealhada apresenta valores de cotas compreendidos entre os 39 metros, no extremo Noroeste do Concelho (Freguesia de Ventosa do Bairro), e 563 metros em local próximo da Cruz Alta, no Buçaco no extremo Nordeste (Freguesia do Luso).

A Serra do Buçaco ou Serra do Bussaco, as duas grafias são aceites, foi em tempos chamada serra de Alcoba. É uma elevação de Portugal Continental, com 549 metros de altitude na zona do marco geodésico, situado no seu planalto, e não no miradouro da Cruz Alta, como erradamente costuma ser referenciado. Abrange os concelhos da Mealhada, Mortágua, Penacova e na sua extensão contém a Mata Nacional do Buçaco, o conjunto de moinhos de vento da Portela da Oliveira, o santuário da Senhora do Monte

Alto e parte da Livraria do Mondego, os três em Penacova. É também nesta serra que são captadas as águas do Luso e Caldas de Penacova. De referir também que se estende desde o Mondego e ao longo de aproximadamente 15 km, e a sua vertente do topo noroeste reúne um conjunto muito peculiar de condições naturais proporcionando belos panoramas e o desenvolvimento de uma vegetação densa e variada. A sua exposição e localização, erguendo-se a 40 km do oceano, as características do solo e a abundância de água, fazem deste local um paraíso único no território nacional e na Península Ibérica.

A porção do território continental que se eleva acima dos 700 metros corresponde a menos de 12 % dos cerca dos 89500 km quadrados do Portugal peninsular (Daveau, 1995).

A Mata Nacional do Buçaco, considerada área protegida, possui espécies vegetais do mundo inteiro, algumas de grande porte, além do mundialmente célebre cedro-do-buçaco (*Cupressus lusitanica*). Encontra-se localizada (figura seguinte) entre dois grandes núcleos urbanos com a área metropolitana de Lisboa a sul e a área metropolitana do Porto a norte. As principais vias de acesso ao Luso e ao Buçaco a partir de uma destes dois pólos urbanos são a A1 com saída na Mealhada.

Além destes dois acessos, vários são os caminhos que ligam a Mata às povoações circundantes e intra-muros, existem numerosos e bons percursos que se cruzam em várias direcções e que permitem o acesso a quase todos os seus pontos, para além da antiga E. N. 235-2, que atravessa uma boa parte da sua extensão, cerca de 2800 metros, desde a Porta das Ameias à Porta da Rainha.

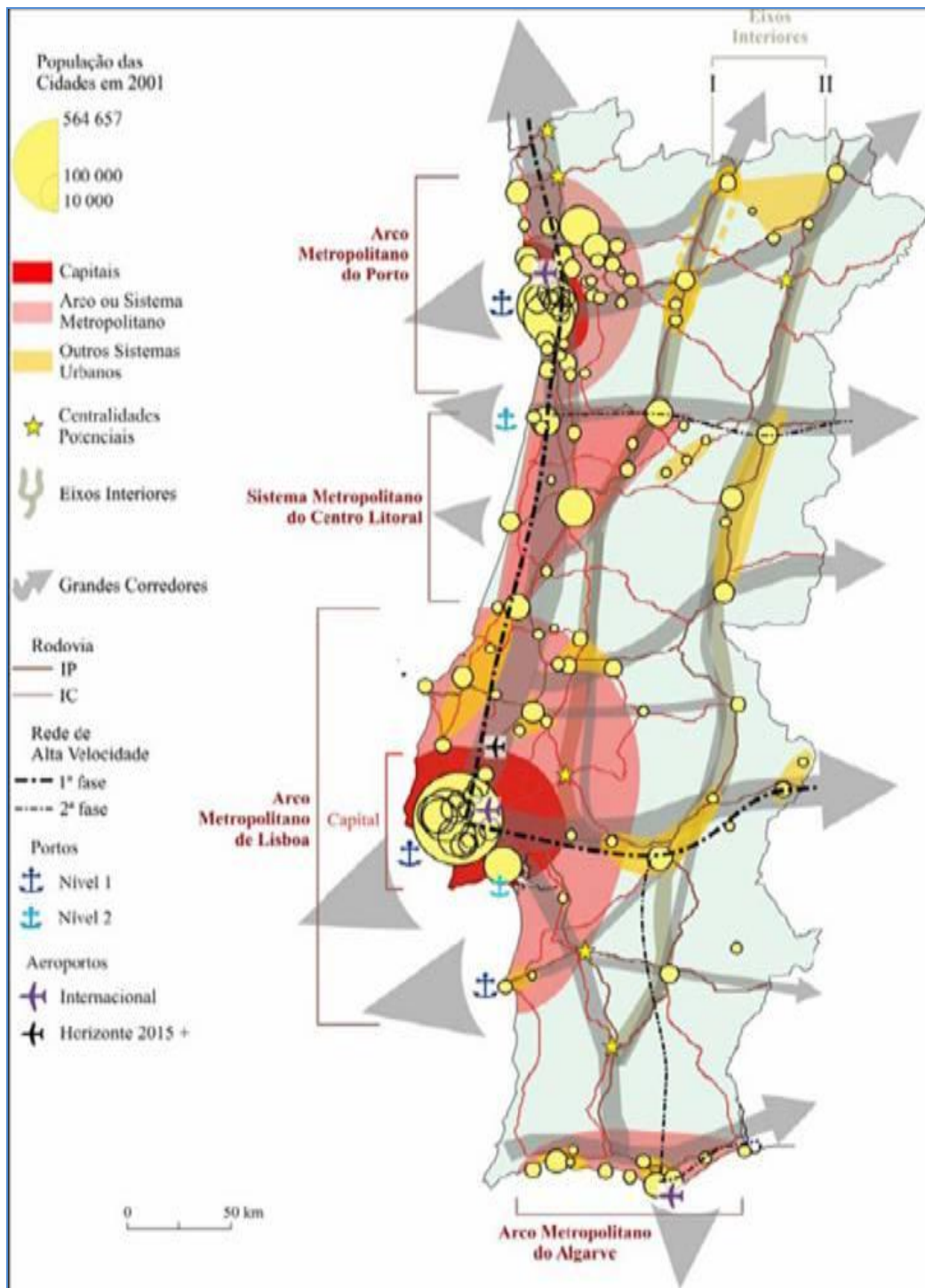


Figura 4– Estrutura Territorial de Portugal Continental - Fonte: PNPOT

A figura seguinte mostra o aspecto geográfico das diferentes zonas de altitude dos sistemas montanhosos de Portugal Continental, identificando-se o relevo da fisionomia montanhosa identificado na serra do Buçaco.

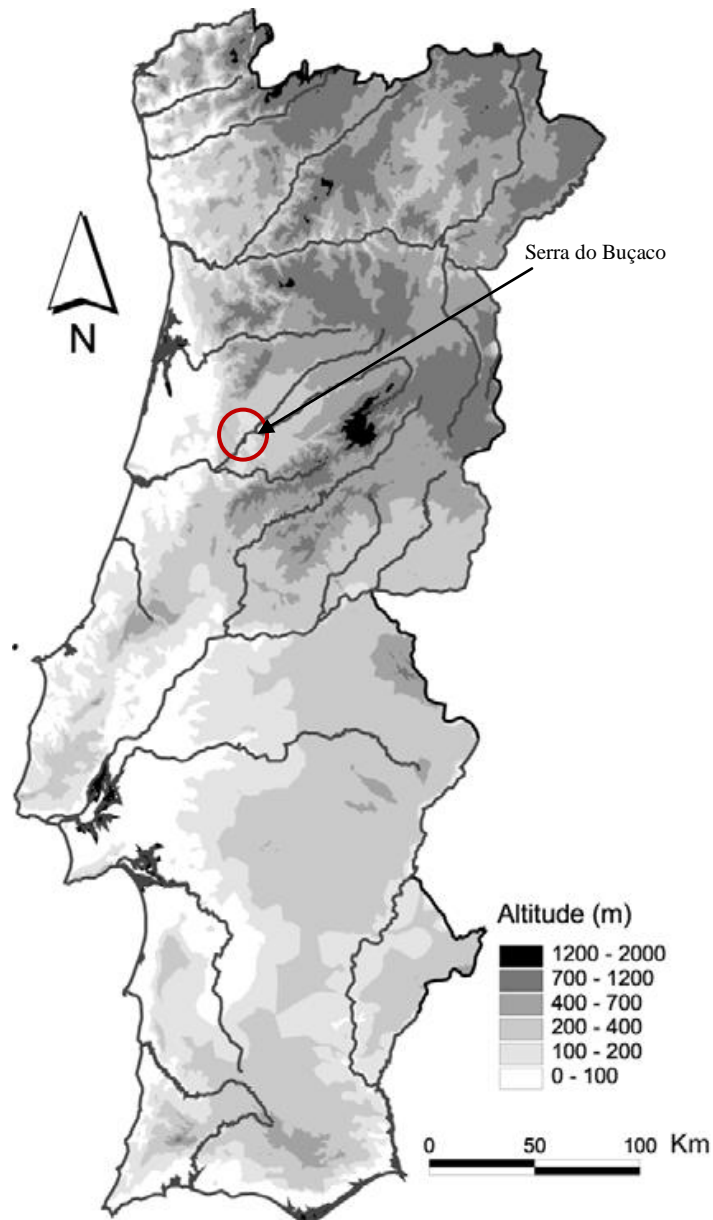


Figura 5 - Mapa hipsométrico de Portugal (Adapt. Cunha, 2003)

A Vila do Luso fica localizada na vertente ocidental da serra do Buçaco. Situada a cerca de 20 km da cidade de Coimbra e a 40 km da cidade de Aveiro, esta famosa estância termal está integrada na Beira Litoral, distrito de Aveiro, à altitude de 200 m.

A freguesia do Luso é limitada a norte pela freguesia da Vila Nova de Monsarros, a sul pela freguesia de Sazes de Lorvão, a leste pela freguesia de Trezoi e a oeste é limitada pelas freguesias de Vacariça e Mealhada. Fazem parte do Luso os lugares de Barrô, Lameiras de S. Pedro, Lameiras de St^a Eufémia, Várzeas, Salgueiral, Monte Novo, Carvalheiras, Louredo e Buçaco.

8. Património natural

A Mata Nacional do Buçaco, com o seu património botânico e paisagístico, constitui um espaço ímpar no nosso país sendo uma das mais ricas colecções dendrológicas da Europa. Inclui belos exemplares lenhosos e plantas raras da flora de Portugal mas também de muitas espécies arbóreas exóticas de grandes dimensões, não sendo raro encontrar algumas com 300 anos, atingindo mais de 50 metros de altura.

Para o desenvolvimento da Mata não são estranhos nem o clima, temperado e húmido, nem os hábitos dos Carmelitas Descalços que, entre 1628 e 1834, depois de cercarem os 90 hectares de Mata com um muro, ali se dedicaram ao silêncio, oração, contemplação e penitência, entregando-se aos jardins e à manutenção das matas.

A Mata Nacional do Buçaco integra um valioso património natural de que se destaca a riqueza, em árvores centenárias e de porte gigantesco, constituindo pela sua diversidade uma das melhores colecções da flora climática da Serra do Buçaco, tendo em conta um conjunto muito diversificado de espécies exóticas – ciprestes, araucárias, eucaliptos, pseudo-tsugas e sequoias, entre outras.

Queremos dar uma palavra muito especial para a espécie *Cupressus lusitanica* Miller, originária das montanhas do México e Guatemala. Esta, pela sua antiguidade, adaptação, número e elevado porte, torna-se o ex-líbris da Mata e por isso assumiu o nome vulgar de Cedro do Buçaco.

Com a grande biodiversidade, quer vegetal quer animal, o Buçaco constitui um santuário para algumas espécies raras, com grande abundância de água, traduzida em pequenos lagos, cascatas e numerosas fontes e valores paisagísticos como a Cruz Alta, com a sua majestosa visão panorâmica, a Fonte Fria (figura seguinte), o Vale dos Fetos, o Vale dos Abetos ou os jardins circundantes do Palace.



Figura 6- A exuberância da Mata do Buçaco com a Fonte Fria: Foto do autor

O Buçaco tem sido caracterizado como encanto harmonioso de floresta, de arte e de religião, constituindo por isso uma das melhores regiões de Portugal. É constituída fundamentalmente por aderno (*Phillyrea latifolia L.*), que é a árvore dominante, o medronheiro (*Arbutus unedo L.*), e espécies como o folhado (*Viburnum tinus*), loureiro (*Laurus nobilis L.*), Torga (*Erica arborea L.*), azevinho (*Ilex aquifolium L.*), pereira brava (*Pyrus communis L.*), zambujeiro (*Olea europaea L. var. Sylvestris* «Miller» Lehr), e o carvalho alvarinho (*Quercus robur L.*)⁵.

A vegetação natural representa a floresta primitiva em idênticas condições ecológicas às que outrora existiam nas montanhas do centro do País. Autores como Pardé (1911) e Chodat (1913), têm opiniões idênticas:

“ La forêt, tratée au point de vue artistique, constitue une sorte de forêt vierge”.

“...le type le plus parfait des anciennes forêts de la Lusitanie primitive, (...) En montant à la Cruz Alta par l’ermitage, on pénètre dans un style unique en Europe, plus curieuse encore que la forêt-maquis du Bom Jesus de la Serra d’ Arrábida. C’est la forêt-maquis dans toute sa beauté...”.

⁵ Citado da obra “*Caracterização da Mata Nacional do Buçaco*” de Álvaro M. M. Santos, 1993.

Como é óbvio, não é fácil determinar a composição vegetal exacta da Mata dos inícios do século XVII. Podemos admitir com pouca margem de erro, que outras espécies, para além das já citadas, estariam também ali representadas tais como o plátano-bastardo (*Acer pseudoplatanus L.*), o zimbro comum (*Juniperus communis L.*), o freixo de folhas estreitas (*Fraxinus angustifolia Vahl*), o choupo branco (*Populus sylvatica L.*), o “cypres” (que iremos abordar a seguir) e o sabugueiro (*Sambucus nigra L.*)⁶.

O “cypres” é identificado como a *Cupressus lusitanica Miller*, visto que a outra árvore conhecida em Portugal como cipreste, a *Cupressus sempervirens L.* originária do Mediterrâneo Oriental, não existia nessa época na mata do Buçaco (Paiva, 1987). Segundo o mesmo autor, se no Buçaco existisse, desde o início da ocupação dos Carmelitas Descalços, mais do que uma espécie de *Cupressus*, o notável botânico francês Tournefort não se teria referido apenas à *Cupressus Lusitanica*, quando visitou o Buçaco em 1689.

Paiva (1987), de forma pertinente, levanta a seguinte questão: se nessa época houvesse apenas a floresta nativa em que nenhuma das árvores teria a mínima semelhança com ciprestes, por que haveria então, de ter utilizado o termo “cypres”?

Relativamente à *Benedictina lusitana* de Fr. Leão de S. Thomas, a segunda obra mais antiga, datada de 1644 mas publicada em 1651, confirmam as opiniões de Franco⁷ e Paiva⁸: no ano de 1644 já existiam “cedros” no Buçaco junto à capela de S. José.

Destas mesmas árvores, também nos dá conta, a *Chronica dos Carmelitas Descalços*⁹ (1721), de Fr. João do Sacramento; “Cõtem os primeyros Cedros, que por industria do Fundador, vieram das ilhas dos Açores a Portugal, progenitores de quãtos goza hoje o mesmo Reyno”.

Desde então, os espessos arvoredos que constituíam a mata foram acrescentados pela mão dos frades que, com empenho se dedicaram à sua manutenção e valorização. Neste sentido a própria constituição destes religiosos estipulava cuidados a ter com a mata pois o prior era obrigado a fazer anualmente novas plantações e tinha de pedir a aprova-

⁶ Citado da obra “*Caracterização da Mata Nacional do Buçaco*” de Álvaro M. M. Santos, 1993.

⁷ Citado de Franco, J.A. – *A Cupressus lusitanica Miller*. Notas acerca da sua história e sistemática, in «Agros», 28 (1-2), Lisboa, 1945, p. 5-87.

⁸ Citado de Paiva, J.A.R. – *A Mata do Buçaco*. Aveiro, sep. do Boletim da ADERAV n.º. 16, 1987.

⁹ Citado de Sacramento, Fr. J. – *Chronica dos Carmelitas Descalços*. Tomo II, Vol. IV. Lisboa, Officina Ferreyrenciana, 1721, p. 1-17.

ção do Capítulo Conventual sempre que quisesse cortar ou abater qualquer árvore (Santos, 1993).

Tal era o carinho dispensado pelos Carmelitas Descalços à Mata de Santa Cruz do Buçaco, que a baptizaram e para evitar os cortes e estragos que se fazia de forma furtiva, conseguiram do Papa Urbano VIII uma sentença (bula apostólica) que condenavam à excomunhão *ipso facto incorrenda*, a quem violasse a clausura a fim de destruir os seus arvoredos. Esta sentença foi assinada pelo Pontífice em 28 de Março de 1643, mas os ermitões só fizeram uso dela no ano de 1690.

Foi com base nestas medidas austeras, mas sem dúvida eficazes, que estes religiosos souberam aumentar e proteger a mata. Esta terá assim escapado, fruto da sua transformação em “Deserto”, ao trivial destino a que outras foram votadas. Queremos salientar esta medida, pois ilustra a preocupação eminente destes religiosos em proteger o seu património essencial para o ambiente de clausura. Contudo não deixa de ser uma atitude de protecção ambiental e inconscientemente, da criação de uma reserva natural tão comum nos dias de hoje.

Em 1810, por ocasião da batalha, a Mata sofreu grandes prejuízos. Muitas árvores foram prostradas, outras ficaram danificadas e os muros da “cerca” ficaram parcialmente derrubados. Os ermitões, zelosos do seu “Deserto”, assim que puderam, ainda conseguiram reparar alguns destes estragos. Em consonância a este acontecimento, foram rasgadas no muro, pela força das circunstâncias, quatro aberturas contemporâneas ficando a “cerca”, a partir desse momento, com seis portas de comunicação com o exterior.

Em 1834, com a extinção das Ordens Religiosas, termina a obra carmelita e a Mata foi incorporada nos bens dos “Próprios Nacionais”. Pela portaria de 1 de Dezembro de 1838, o Convento e a Mata do Buçaco foram retirados da lista dos bens nacionais anunciados para venda (Mattos, 1874). Tal decisão surgiu na sequência das diligências ençadas desde 1836 pelo Prof. Manuel de Serpa Machado.

Depois de várias transições administrativas, a 8 de Junho de 1856 a Mata do Buçaco transita para a Administração Geral das Matas do Reino, onde desde então o Capelão J. A. Martins Coutinho ocupa o cargo de Administrador. Nessa altura, muitas das árvores estavam depauperadas, as ruas obstruídas, a maioria das capelas quase destruídas e tudo coberto por grandes silveiras. No final de 1858 iniciaram-se as primeiras plantações e

sementeiras com recurso a espécies exóticas provenientes do jardim botânico de Coimbra.

O muro da “cerca” é então reparado e entre as demais preocupações, surge a de se rearborizar as clareiras existentes. Tal era a abundância de lenha na Mata que o seu fornecimento era gratuito. Procurava-se, desta forma, manter a estética da Mata e ao mesmo tempo, propiciar a sua regeneração natural em melhores condições.

Em Agosto do mesmo ano, deu-se início no Buçaco à triangulação geodésica do Reino. A comissão que procedia a estes trabalhos era dirigida pelo general Filipe Folque. O vértice geodésico instalado no planalto da serra, que marcava 547 metros de altitude, veio repor as justas proporções à hipsometria da serra, que desde a época de setecentos andara sem rigor científico.

A partir do ano de 1858, a Administração Geral das Matas, que descarta o restauro e enriquecimento da Mata, encarrega-se de encontrar quem oriente a consecução deste intento, cuja tarefa recai no Conselheiro Rodrigo de Moraes Soares, então Chefe da Repartição de Agricultura e mais tarde, Director Geral do Comércio e Indústria. Moraes Soares, uma figura de destaque na agronomia nacional da época, vai “in loco” dirigir os futuros ensaios de repovoamento da colecção dendrológica. No verão de 1859, efectuaram-se numerosas e variadas plantações que a vieram incrementar e valorizar a Mata. A este respeito, Moraes Soares publicou, no *Archivo Rural*, Vol 2º, uma pormenorizada descrição sobre as promissoras existências do arvoredado ainda incipiente, Iremos transcrever uma parte de que Castro (1875) extraiu desse periódico, fundado em 1858 pelo próprio Moraes Soares:

“Vai para quatro annos que o governo incorporou na administração geral das mattas do bussaco. Então havia perto de vinte espécies florestaes indígenas; e hoje muitas exóticas, já alli radicadas, promettem esperançosos resultados.

Várias especies de Carvalhos e Freixos do Mexico, diversos, diversos exemplares do género Acer, Betulas, Faias, Nogueiras pretas, Tílias, Catalpas, Pawlonias, Choupos e muitas outras especies indígenas completam uma considerável collecção de plantas folhosas, novamente introduzidas no Bussaco. Dois exemplares da Casuarina equisetifolia, que tem apenas dois annos, apresentam um vigor de vegetação admirável (...). Dos pinheiros

novos do Mexico possui o Bussaco uma collecção de vinte espécies; foram alli semeados há pouco mais de um anno e estão bem-dispostos...”.

Embora pareça fastidiosa, esta é uma memorável enumeração, em nomenclatura e grafia ao estilo da época e constitui um precioso testemunho das espécies que em 1859, já estavam radicadas, bem como do comportamento exibido por cada uma delas.

A década seguinte foi fértil em temporais os mais violentos ocorreram no mês de Dezembro de 1871, em Janeiro e Fevereiro de 1872 e em Novembro de 1876, provocando grandes prejuízos na Mata. Muitas árvores ficaram quebradas ou danificadas mas isso não impediu a continuação do plano de repovoamento do Buçaco.

Entretanto, a reforma produzida pela Lei de Maio de 1872 (D.G. nº 114, de 22/5/1872), estabelecia o quadro competente para o serviço administrativo e técnico dos pinhais e matas nacionais, passando a ser regulamentado segundo as instruções dadas em portaria de 22 de Junho do mesmo ano. Nos meados deste decénio, a colecção dendrológica da Mata reunia já cerca de 135 essências exóticas.

Em 1887, por decreto de 10 de Novembro, a “cerca” do antigo Carmelo foi acrescentada e dos 90 hectares existentes, anexaram-se mais quinze hectares. Esta nova área englobava propriedades particulares que, por serem consideradas de utilidade pública, foram expropriadas. A maior parte dessa área ocupada era constituída por pinhal, pertencente ao Marquês da Graciosa, e foi adquirida por 5 contos de reis.

A par deste alargamento do território, a Mata foi também valorizada com obras de rara beleza estética. Destas, poderemos enunciar, por exemplo, o Vale dos Fetos (1887/88), a construção do Lago Grande (1887/88), a Cascata de St^a Teresa (1886/87) e o Jardim Novo (1886/87), que ladeia o Convento. Anteriormente, já se havia, com o mesmo intuito procedido à construção do Lago do Vale dos Fetos que, decorreu entre 1859 e 1860.

A 3 de Agosto de 1886, Ernesto de Lacerda é nomeado Administrador do Buçaco, da sua autoria podemos salientar as experiências de arborização que nesse ano se realizaram no planalto da serra (in *anuario dos Serviços Florestaes* 1903/1904).

Tais ensaios surgiram na sequência de outros, obedecendo a um projecto que remontava a 16 de Janeiro de 1874, elaborado por Mariano de Carvalho, de sentido de estender ao cume da serra o arvoredo da Mata.

Uma portaria de 4 de Novembro de 1888 veio dar a Ernesto de Lacerda uma comissão de deslocação aos viveiros de Paris Gand e Angers. No seu regresso, trouxe uma valiosa colectânea de sementes e plantas ornamentais, destinadas ao aformoseamento de alguns locais do país entre eles a Mata do Buçaco, com um custo na ordem dos duzentos e sessenta e sete mil réis. Segundo Dalgado (1916), nesta época haveria mais de 15 000 novas árvores plantadas. A flora do Buçaco, segundo este autor, reunia já cerca de 400 espécies indígenas e mais de 300 espécies exóticas.

Em Dezembro de 1898, a Mata passou a constituir uma “série artística” sujeita à exploração física. Este estatuto ainda vigora pela sujeição ao regime florestal total, por força dos decretos-lei de 24 de Dezembro de 1901 e 1903.

É também de sublinhar que, no período compreendido entre 1886 e 1995, os serviços florestais executaram obra e deram, dentro do possível, continuidade à serie de melhoramentos até então realizados.

Entre 1997 e 2009, a Mata nacional esteve sob a gestão da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral.

A enorme pressão turística a que foi sujeita durante anos, em particular no verão, com a presença diária de milhares de pessoas e viaturas e conseqüente poluição, piso-teio, congestionamento de trânsito e colheita de recordações botânicas obrigou a medidas recentes de contenção da degradação das infra-estruturas e do património natural, com vista a manter a sua clara vocação como espaço de lazer de alta qualidade. Assim, foi criado em 2009 a Fundação da Mata do Buçaco pela Administração Central com a missão de gerir, requalificar, conservar e dinamizar o Buçaco.

Após esta descrição podemos constatar a importância do património natural da mata do Buçaco e conseqüente reflexo no património construído ao longo da sua história. Como tal, parece-nos importante fazer uma referência ao património histórico do Buçaco.

9. Património histórico

O termo “Buçaco” será uma derivação da designação latina de “Boscum sacrum”, ou seja Bosque Sagrado ou ainda de “Sublaco”, nome que teria sido dado pelos religiosos beneditinos da região, recordando a gruta de Sulaco, perto de Roma. De qualquer forma este ficou conhecido como Buçaco até aos dias de hoje no qual o papel dos monges foi preponderante.

A Benedictina Lusitana (Sampaio, 1850) deriva o nome Buçaco da gruta de Sublaco, local onde S. Bento fazia penitência. Acredita-se que os monges do grande Mosteiro Bubulense na Vacariça, a quem inicialmente pertencera esta Mata, deram o nome, ou outro semelhante, que o tempo converteu em Buçaco (Paiva, 1987).

São várias as versões que podemos encontrar para explicar a origem do nome Buçaco, havendo numa ou outra versão alguma força de verdade. Uma das histórias mais conhecidas é que, em eras remotas, um velho que morava numa dessas aldeias circunvizinhas, deixava amiudadas vezes o povoado para se embrenhar por muitos dias na mata. Quando este voltava, com ânimo revigorado cruzava-se com os vizinhos e ao ser questionado sobre a mata, retorquia em tom grave e respeitoso: “Daquele monte “saco bus”.

Esta história passou de geração em geração e com ela foi ganhando esta serra, o nome das palavras que o ancião repetia e que, invertidas pelos tempos, deram bussaco... bussaco (Simões, 1856; Mattos, 1874; Castro, 1875; Gonçalves, 1905).

As origens do Buçaco remontam ao século VI d.C., quando os sarracenos, depois da Batalha de Guadalete em 711, entraram na Península Ibérica com a destruição e ocupação de muitos conventos. O rei mouro Alboacem, um dos primeiros reis muçulmanos a governar na Península, com um domínio territorial que se estendia desde os rios Alva e Mondego até Águeda (Santos, 1993), além de permitir a permanência dos monges no mosteiro de Lorvão, em Penacova, também os isentou ao pagamento de tributo. O Buçaco ficou, desde então, conhecido pelos antigos como a serra da Alcoba, termo de origem árabe.

Desde o século VI, a serra do Buçaco pertenceu ao Mosteiro dos Beneditinos da Vacariça, sendo também conhecido por Mosteiro Bubulense. A partir do ano de 1094, este mosteiro passou para a posse da Mitra de Coimbra e pertencia ao Bispo D. Crescónio.

Em 1562, a Madre Santa Teresa de Jesus reformou a Ordem dos Carmelitas, procurando restituí-la à sua primitiva pureza e observância, de que posteriormente resultou uma nova ordem, os Carmelitas Descalços. Como os Carmelitas queriam instituir um “Deserto” onde, de acordo com o seu regulamento, pudessem os monges ao mesmo tempo conjugar a vida cenobítica com a anacorética, deram início, no ano de 1626, à escolha de um sítio que se adequasse a esse fim. Para o efeito, foram-lhes indicados dois locais: a serra de Semide, no concelho de Miranda do Corvo e uma mata no lugar dos Pereiros no concelho de Coimbra. Porém, nenhum destes locais correspondia ao intento da Ordem monástica: O primeiro pela aridez e secura do terreno e o segundo, embora muito arborizado e provido de águas, era destituído da solidão própria dos ermos. Voltaram-se então para Sintra, que só pecava pela proximidade a Lisboa pois, na época, a Corte usava-o como local de descanso e refúgio, mas mesmo assim, a Ordem estava decidida a fundar “Deserto” naquele local.

Os bispos de Coimbra eram, ao tempo, senhores de umas “matas e terras”¹⁰, sitas na “Serra do Luso”¹¹ (...), a que chamam Bussaco” e D. João Manuel¹², ao ter conhecimento da demanda encetada pelos frades, referiu-as ao reitor do colégio dos Carmelitas descalços da cidade, como sendo a solução para o problema, pois detinha “vales profundos, reconcavos impenetráveis, rochas escarpadas, sítios ermos, espessura de floresta, abundância de água, estendões de verdura, e lá fóra, o mundo a tanta distância, que até lá não se podia fazer subir o ecco de suas paixões”¹³.

Enquanto se fazia os preparativos para a referida fundação, o frade Angelo de S. Domingos, Reitor do Colégio de Coimbra, visitou o Bispo Conde D. João Manuel, quando este lhe disse:

¹⁰ Esta mata era análoga a outras que se encontravam na dependência dos bispos de Coimbra, embora não se encontre oficialmente documentada.

¹¹ Também chamada de serra de Alcoba, serra do Carvalho ou serra do Cântaro.

¹² Bispo Conde entre 1625 e 1632.

¹³ Silva Mattos, Lopes Mendes (1874). *O Bussaco*. Lisboa: Lallemand Frères, p.20.

“Tenho eu na serra do Luso umas matas e terras a que chamam de Bussaco; se ao padre provincial lhe parecera mandá-las ver e forem do seu agrado, dera-as eu de boa vontade à religião, pelo interesse de ter no meu bispado um convento tão único e observante. Avise o padre reitor ao padre provincial que as mande ver, que poderá ser que lhe sirvam e evitem com maiores conveniências os reboliços da serra de Sintra”.

Decorridos dois dias e após uma visita ao local os primeiros dois religiosos que a viram referem “ tanta variedade de arvores, abundancia de fontes, formosura de valles e eminência de montes, que, alem de summamente pagos do que viram, se admiraram por extremo de que benigna a soberna Providencia houvesse reservado para ermo de sua ordem aquelle sitio, que julgavam pela oitava maravilha do mundo”. Outras visitas imediatamente lhe sucederam e tal era o encanto com o local, como estas frases o confirmam:

“ Isto sim, que é próprio “Deserto”; pouco me disseram e não acho palavras que declarem todo o bem que o Autor da natureza depositou neste monte”.

“ Aqui é vontade de Deus que se funde; murem este sítio, que tem nele o melhor deserto da Ordem. Porque se agora inculto, rude e tosco, é o que admiramos, cultivado será um paraíso terreal”¹⁴.

Agradecidos por tão generosa oferta, trataram de dar forma pública à doação do Buçaco. Como D. João Manuel não podia alienar esta propriedade sem que antes incluísse nos bens da Mitra mais útil compensação, teve para isso que mandar proceder à louvação do Buçaco que, depois de cumpridas todas as formalidades de direito, foi avaliado em cento e oitenta mil réis por ser infrutífero e de pouco rendimento. Esta “doação” ocorreu a 11 de Maio de 1628, mas previamente foi acautelada a respectiva autorização, dirigida ao Papa Urbano VIII, que sentenciou em forma de breve aplicativo.

Os frades trataram logo de edificar, no centro da mata, o seu convento, recaindo a escolha para o efeito, em Fr. Tomás de S. Cirilo, primeiro vigário, o Fr. João Baptista e

¹⁴ Frei Tomás de Cirilo.

no Fr. Alberto da Virgem, irmão donato e notável possuidor de apreciáveis conhecimentos em arquitectura. Partiram estes religiosos de Aveiro a 29 de Junho de 1628, trazendo cada um apenas um cobertor, uma canastra de sardinhas e dez cruzados para o início da obra. Hospedaram-se no Luso a 25 de Julho, onde se juntam mais três companheiros o Fr. António do Espírito Santo, Fr. Bento dos Mártires e o irmão António das Chagas, oficial de pedreiro. Lançaram a primeira pedra do convento a 7 de Agosto de 1628, prosseguindo incansáveis na sua edificação e já no dia 28 de Fevereiro do ano seguinte puderam venerar o Santíssimo na 2 casa da livraria” de que fizeram a igreja provisória.

A 19 de Março de 1630, concluídas as principais obras, deu-se início à regularidade eremítica que sem mais pormenores eram aspérrimos (Santos, 1993). O ermo fradesco foi-se construindo um muro de aproximadamente quatro quilómetros de perímetro, que delimitava a cerca isolando de forma palpável a comunidade, que apenas franqueava a entrada a visitantes masculinos¹⁵, através das suas nove portas¹⁶.

A permanência monástica no Buçaco prolongou-se até 1834, ano em que ocorreu a extinção das ordens religiosas em Portugal, por decreto lei de Joaquim António de Aguiar datado de 30 de Maio. No entanto, não terminam aqui as obras legadas pelos Carmelitas Descalços, a quem tanto se deve. Ajudados por piedosos benfeitores, alcançaram estes religiosos os meios necessários para outras obras que vieram enobrecer o seu eremitério.

A mata foi murada na circunferência de cerca de 4 km, abriram-se extensas ruas, edificaram-se devotas ermidas e capelinhas e construíram-se fontes. Adiante daremos uma exposição mais detalhada destas e outras edificações.

A história dos ermitões esteve sempre, de uma maneira ou de outra, ligado a ilustres personagens da vida pública e política do País. Por aqui passaram e permaneceram algumas figuras de destaque na vida nacional tais como os dois filhos ilegítimos de D. João V; os Infantes D. José e D. António (1760 a 1777), D. António Luís de Veiga; o

¹⁵ A admissão de mulheres nos “desertos” carmelitas era proibida e punida com excomunhão, mas um médico das redondezas e alguns estudantes da Universidade de Coimbra, em 1815, conseguiram introduzi-las na cerca do Buçaco, o que causou enorme reboliço, pois o prior, ao ter conhecimento do facto, apresentou queixa no ministério competente, em Lisboa, Citado de AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO, *Guia histórico do viajante do Bussaco*, p.159-160.

¹⁶ No muro da cerca abriram-se as Portas do Luso, das Ameias, das Lapas, da Cruz Alta, de Sula, da Rainha, do Serpa, dos Degraus e ainda as de Coimbra, que funcionavam como a portaria oficial da mata.

Bispo de Bragança e Miranda (1814 a 1818), D. Carlos da Cunha; o Cardeal Patriarca de Lisboa (cerca de um mês em 1821), o Arcebispo de Braga D. Fr. Miguel da Madre de Deus (cerca de dois meses em 1823), O Bispo de Pinhel D. Bernardo Bernardino Beltrão (17 dias em 1823), e o Prior de Monsaraz e Deputado das Cortes Joaquim Plácido Galvão Palma que aqui permaneceu no verão de 1828.

A estes acontecimentos são ainda de assinalar as visitas régias ao Buçaco de D. Pedro em 24 de Agosto de 1704, e do arquiduque austríaco com o título de Carlos III de Espanha a 1 de Setembro do mesmo ano. Ficando-se apenas pela intenção, D. Catarina, filha de D. João IV e rainha da Grã-Bretanha em 1693, porque segundo consta, uma terrível tempestade abateu-se sobre o Buçaco impossibilitando assim a sua visita. Anos mais tarde em 1877 D. Maria Pia, esposa do Rei D. Luís I também se deslocou ao Buçaco, acompanhada pelos seus dois filhos, D. Carlos e D. Afonso. A Rainha tinha descoberto a “Cintra do Norte”, e daqui à encomenda de um projecto que se desenvolvesse dentro dos cânones ainda românticos, foi um pequeno passo (Anacleto, 2000).

O convento, as ermidas e os pequenos edifícios que ainda hoje por ali se encontram dispersos constituem um dos mais originais conjuntos arquitectónicos erguidos por aquela ordem eclesiástica, formando um “deserto”, isto é, um local isolado e calmo constituído por um convento, ermidas, designadas por “habitação”, uma Via-sacra com pequenos edifícios que simbolizam Jerusalém, palco do martírio de Cristo.

No centro da mata e rodeado por jardins de luxo com pequenos lagos, fontes e pérgulas floridas, encontra-se o Palace Hotel, antigo Palácio real construído em finais do Século XIX com estilo Neo-Manuelino segundo o projecto do arquitecto e cenógrafo de ópera do Teatro de S. Carlos, Luigi Manini e convertido em hotel de charme em 1905.

9.1. A Batalha do Buçaco

Em termos históricos, a Guerra Peninsular correspondeu a uma fase decisiva da estratégia de Napoleão. O seu projecto passava pela eliminação dos apoios que a Inglaterra tinha, em especial de Portugal, base segura para as operações das esquadras britânicas no Atlântico e no Mediterrâneo. Em Portugal, estas acções bélicas manifestaram-se através de três vagas, conhecidas como Invasões Francesas.

A Primeira Invasão, iniciada em Novembro de 1807 e comandada por Andoche Junot, resultou na decisão de retirada do Príncipe Regente D. João VI e de toda a família real para o Brasil, tendo as forças luso-britânicas derrotado as tropas francesas no Vimeiro, em Agosto de 1808.

A Segunda Invasão começou em Fevereiro de 1809, sob o comando do marechal Soult, no Norte de Portugal, tendo sido de novo repelidos em Maio do mesmo ano.

A Terceira Invasão iniciou-se em Julho de 1810, sob o comando de Massena. A 27 de Setembro de 1810 travou-se uma das batalhas mais decisivas da Terceira Invasão para as forças Anglo-Portuguesas, a batalha do Buçaco. Com cerca de 25 mil portugueses e outros tantos ingleses, Wellington esperou na serra do Buçaco pela passagem das tropas francesas, a caminho de Lisboa.

Atacado por cinco vezes pelos 65 mil homens de Massena, resistiu, não cedendo posição graças ao facto de os franceses desconhecerem a disposição do inimigo no terreno, bem como o seu número. Esta estratégica batalha resultou em numerosas perdas para os franceses, obrigando à sua retirada. David Cranmer (2007), descreve com aguçado detalhe o contexto e o decorrer do confronto, referindo as actuações dos regimentos envolvidos de ambos os lados.

Após uma derrota decisiva no Buçaco, os franceses esbarram com o poderoso complexo defensivo constituído pelas Linhas de Torres que lhes impediram o avanço sobre Lisboa, resultando na decisão de retirada. Em Março de 1811 acabaram por retirar totalmente para Espanha, perseguidos por Wellington e as forças aliadas.

Toda a sociedade da época foi fortemente marcada por estes acontecimentos, que ganharam expressão nas mais variadas formas, tais como na iconografia, nos manuscritos e em partituras. Designada por Gabriela Terenas como uma guerra de espada e pena, são inúmeros os relatos escritos por militares britânicos em que se emancipam vivências, sentimentos e emoções pessoais em testemunhos de guerra e relatos de viagens. Instituíram-se como testemunhos de grande valor, não só do ponto de vista histórico e militar, mas também da perspectiva do olhar individual, característico do Romantismo.

As batalhas do Vimeiro e do Buçaco, assim como a retirada do marechal Massena serviram de inspiração na criação de peças musicais alusivas a estes acontecimentos marcantes. Muitos incluíram na própria partitura indicações verbais com a caracteriza-

ção das cenas. São também muitos os autores portugueses de prosa e poesia que divulgaram as façanhas e heroísmo anglo-luso.

Atendendo ao legado bélico e histórico, o Museu Militar do Buçaco, foi inaugurado em 27 de Setembro de 1910, por ocasião do 1º centenário da Batalha do Buçaco, na presença do último Rei de Portugal D. Manuel II. Sintetiza a valentia e a acção do exército anglo-luso durante o período da Guerra Peninsular. Localiza-se no pequeno lugar de Almas do Encarnadouro, na Serra do Buçaco e recolhe nas suas salas o espólio da Batalha do Buçaco travada na colina de Sula entre as tropas napoleónicas sob o comando do Marechal Massena e as tropas Anglo-Portuguesas comandadas pelo Duque de Wellington.

Ampliado e remodelado em 1962, dispõe de valiosas colecções de armas, uniformes e equipamentos utilizados na batalha, de que se destaca uma peça de artilharia com a respectiva guarnição. A figura seguinte ilustra um dos momentos decisivos da batalha do Buçaco contra as tropas de Napoleão.



Figura 7 - Pintura do séc. XIX - momento da Batalha na colina de Sula: Fonte – www.asterrisco.com

Em painéis, aludindo aos brilhantes feitos de armas praticados, recorda-se o comportamento corajoso e determinado de todas as unidades portuguesas que tomaram parte da Guerra Peninsular (1808-1814).

O Museu pretende preservar e defender a memória, a identidade e independência nacionais sendo o seu edifício mandado construir pela Comissão Organizadora do 1º Centenário e já sob a dependência do Museu Militar de Lisboa e ampliado em 1962.

Mostra-nos o rico legado da época, nomeadamente peças militares do princípio do século XIX, figuras uniformizadas, guiões e medalhas, gravuras, uma peça de campanha de 9 libras que tomou parte na batalha e respectiva guarnição. Exibe em bom gosto artístico, evocações miniaturizadas e uma completa maquete onde nos mostra as posições de combate tomadas pelas forças militares.

Para além do Museu existem nas suas proximidades outros locais históricos ligados à batalha, como a Capela de Nossa Senhora da Vitória, que serviu de hospital de sangue durante o combate, o Obelisco Comemorativo da Guerra Peninsular, o Posto de Comando do Marechal Duque de Wellington, o Moinho de Sula, as Ruínas do Moinho da Moura e o Posto de Comando do Marechal Massena.

Todos estão interligados pela batalha ficando assim para a história de Portugal e é com essa missão que o Museu prossegue o seu trabalho museológico sendo uma referência obrigatória em todo o Touring (Circuito Turístico) a nível nacional, como a nível internacional.

Constata-se que o Buçaco apresenta uma longa história que passa por episódios da história nacional, no entanto é pelos monges Beneditinos e Carmelitas Descalços e a sua acção arborizadora e técnicas florestais que no intuito de recriarem um ambiente místico e religioso edificaram um património o qual nos dedicaremos a seguir.

10. Património religioso

O «deserto» do Buçaco é um dos mais completos «sacromonte» e «desertos» da Península Ibérica. Encerra diversos sentidos, de carácter simbólico, alegórico e político, no seio do seu complexo programa arquitectónico, pois é em si mesmo uma evocação do monte Carmelo.

A ascensão da montanha com intuítos religiosos constitui um dos gestos rituais mais antigos da humanidade. Subir a montanha significa aproximar-nos do Céu, lugar por excelência onde residem os deuses. Mas mesmo no paganismo, a ascensão à montanha para comunicar com os deuses celestes, encontra-se na própria natureza terrestre e telúrica da montanha, nomeadamente nas entranhas da montanha ou nas suas grutas, caves e subterrâneos.

Por outro lado, a montanha participa igualmente no simbolismo «polar», isto é, no simbolismo do «centro», dada a sua estatura vertical. Indica o pólo celeste e coloca-o em contacto canónico com a Terra.

No âmbito do cristianismo, o simbolismo da montanha vai ser apropriado, especialmente a partir da Idade Média, assumindo a sua simultânea qualidade de «centro» - o centro religioso - e de «peregrinação». É como «centro» que a montanha adquire maior significado para os cristãos e, muito em especial, para o contexto católico. A montanha figura diversas vezes na Bíblia ou no hagiolégio - na história dos santos - como lugar de criação e de manifestação cosmogónica (Gólgota, no qual foi criado Adão), ou o lugar de salvação colectiva (monte Ararat) onde aporta a Arca de Noé, o lugar de revelação (Monte de Sinai), o lugar de reflexão, de contemplação (monte das Oliveiras no Novo Testamento), entre outros exemplos, (Pereira, 2010).

Assim vão ser construídos santuários de altura que têm por finalidade cristianizar um monte sagrado, consagrar um milagre que se deu no alto da montanha ou na encosta desta, construindo-se, para o efeito, uma capela, igreja ou santuário.

O Convento dos Carmelitas Descalços é fruto de uma religiosidade de clausura e penitência longe das comodidades e das solicitações mundanas, com ele inicia-se, uma

presença de dois séculos que marcou decisivamente este lugar. Abriram-se caminhos e ermidas, cujo património diverso é composto por vários cruzeiros, capelas e fontes, bem como a reconstituição da Paixão de Cristo, com a construção no Sacromonte, constituído por uma Via-Sacra de 20 passos

A primeira pedra do convento, que ficou conhecido por Santa Cruz do Buçaco foi lançada a 7 de Agosto de 1628, por Frei Tomás de São Cirilo. As obras avançaram rapidamente, de tal modo que, a 28 de Fevereiro de 1629, armou-se uma igreja provisória, onde se celebrou a primeira missa e no dia 19 de Março de 1630, principiava a vida regular da comunidade.

Tratava-se de um complexo vasto e espaçoso, construído com materiais humildes¹⁷, quase sempre autóctones. No seu interior as portas, os móveis, os tectos, quase tudo forrado de cortiça. No exterior decoração artesanal, com base em embrechados de quartzo branco e jorra industrial negra. A sua observância de pobreza apresentava tal grau de austeridade que nem sequer lhes era permitido utilizar, nas cerimónias religiosas, paramentos de seda, (Anacleto, 1997). Dele resta a igreja, a portaria, a galeria de acesso às celas, quatro pátios e algumas dependências.

É um convento de tipo único em Portugal, por ter a igreja situada entre os quatro pátios que formam como que um claustro. A igreja de planta cruciforme, encontra-se inscrita num rectângulo. A igreja é assim encaixada no meio de dependências de quatro átrios ou saguões para servirem de dispensadores de luz. A toda a volta correm quatro corredores para onde confinam as portas das celas dos monges.

Trata-se de um edifício unitário, tal como está representado na figura seguinte, de um só bloco solidário, correspondendo a uma das directrizes da ordem carmelita, que determinava que as celas fossem dispostas à volta da igreja, embora separadas desta, sistema este que foi utilizado no único convento que pode ser comparado com o do Buçaco, o de S. José de Batuecas, perto de Salamanca em Espanha, (Pereira, 2010).

Para Gomes (2005), o convento com a igreja situada no centro, entre pátios e celas, era uma representação alegórica do mítico templo de Salomão, o primeiro edifício sagrado da história bíblica.

¹⁷ Conglomerados, cortiça, seixos e outros materiais do mesmo género.

Este tipo de disposição foi criado em Castela no final do século XVI. As paredes do convento estão revestidas de cortiça, embrechados e de pedra talhada ao picão. A frontaria encontra-se revestida de embrechados de matriz rústica composto essencialmente de pedras decorativas de fachadas e murais com ilustrações de cor branca e preta (quartzo e basalto) o que prova mais uma vez o senso strictus estético e austero dos monges, assim como as coberturas de cortiça para isolamento térmico das celas.

Embora modificado por via da adaptação de parte das suas dependências para receber o sumptuoso Palace, o que resta do convento entra no mesmo enredo de reprodução da cidade de Jerusalém.

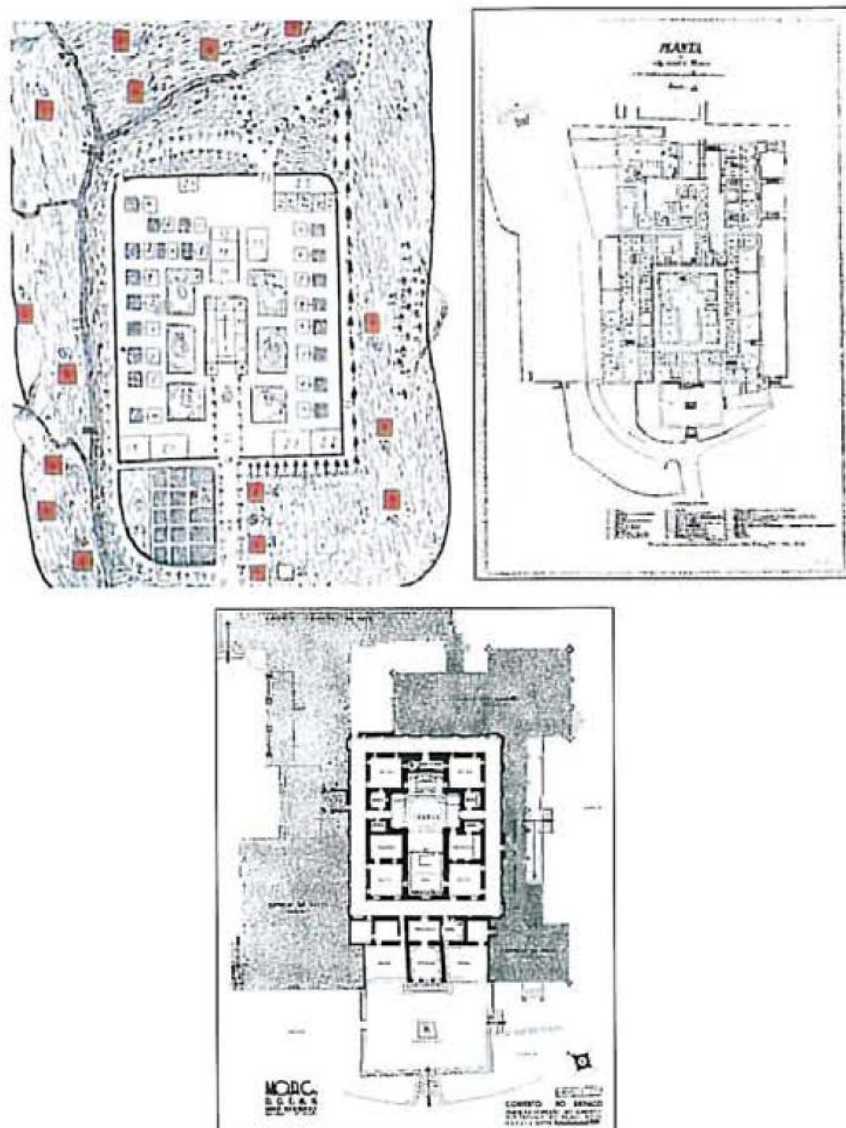


Figura 8– Três perspectivas da planta do convento original (Fonte: Arquivo Biblioteca Municipal de Coimbra)

Os embrechados aparecem também ao longo do conjunto patrimonial do Deserto, nomeadamente na fachada principal do convento e nas ermidas. São revestimentos característicos da cultura da pobreza dos Carmelitas Descalços. Ainda na sua frontaria destaca-se a sua apresentação de três arcos estreitos em forma de cesto, sendo o do meio um pouco mais alto em relação aos arcos laterais. Por cima deste, uma pedra branca indica a data inscrita da chegada dos Carmelitas ao Buçaco.

O arquitecto do convento foi o irmão donato Frei Alberto da Virgem, natural de Chaves, professor de Castela, que veio com o definidor-geral Frei António do Sacramento, tratar da implantação da Ordem do Carmelo em Portugal. O autor da Crónica dos Carmelitas Descalços, Frei João do Sacramento, refere que Frei Alberto da Virgem “era um arquitecto de fama” (Sousa, 1988).

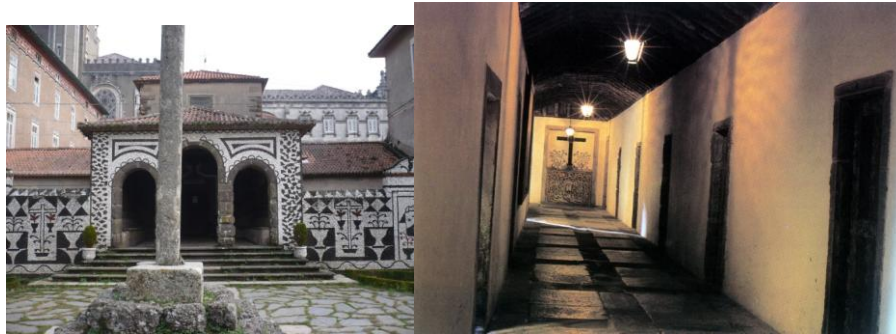


Figura 9 – O Convento de Santa Cruz do Buçaco - Fonte do autor

O convento construído ocupava uma posição central no interior da mata. Ligavam-se não só as diversas portas ao local onde este havia sido construído, como ainda cortavam no interior da mata ruas em todas as direcções e “A mais nobre e a mais formosa de todo o bosque” era a avenida do mosteiro que saindo das Portas de Coimbra, seguia quase horizontal, em linha quebrada de quatro lanços. Era aí que se erguiam muitas das capelas devocionais. Faziam lembrar “um templo grandioso, cujas columnas seriam troncos regulares e elevados dos cedros que se enfileiram aprumados de um e de outro lado, e cuja abobada seriam as ramadas d’estas arvores majestosas, formando elevadas arcarias, onde parece divisarem-se phantasiosos labores de puro estylo gothico” (Castro, 1896).

O nome conhecido como “As Portas de Coimbra” resulta da sua localização, abrindo-se no sentido da cidade de Coimbra, em direcção à qual partia um caminho. Fundada em 1630, esta era a entrada principal da antiga cerca dos carmelitas, onde um padre por-

teiro atendia quem chegasse. Trata-se da “Portaria da Mata” e dava entrada ao convento propriamente dito. Seria remodelada, ainda pelos religiosos, em 1831 e sujeita a algumas reparações em 1866. Isolada e sem acessos modernos, perdeu a sua importância como entrada na mata, mas não o seu interesse como local de visita.

Trata-se de uma construção larga e simples, decorada com embrechados, onde se reconhecem as armas da ordem carmelita. Nela recortam-se dois arcos de passagem separados por um corpo central que ostenta duas lápides com textos, traduzidos de duas bulas apostólicas ou Papais.

A da esquerda, do Papa Gregório XV e datada de 1622, interdiz sob pena de excomunhão, a entrada de mulheres nos ermos carmelitas. A da direita concedida a este convento do Buçaco pelo Papa Urbano VIII, em 1643 e que constitui um dos primeiros documentos históricos de protecção da natureza e do ambiente em toda a Península Ibérica e talvez da Europa.

Nela podemos ler que proíbe “sob ipso factu incorrenda, que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer autoridade que seja, se atreva sem licença expressa do prior, que ao tempo for do dito convento, a entrar na clauzura delle para efeito de cortar árvores de qualquer casta que sejam ou fazer outro dano”.

Outrora, enquanto um dos arcos, inteiramente vazado, permitia a entrada de carros, o outro apresentava-se entaipado de alvenaria, à excepção de uma passagem de reduzidas dimensões. Dava este acesso a uma espécie de pequena sala de espera, de tecto forrado de cortiça e paredes revestidas de embrechados, onde os visitantes esperavam, depois de se terem feito anunciar, tocando a sineta, da portaria. A significativa rudeza dos materiais era aqui acompanhada pelo simbolismo macabro de uma caveira e dois ossos, reforçado por uma inscrição em pedra (Santos, 2001, 120):

*Ó tu mortal, que me vês
Reflecte bem como estou;
Eu já fui o que tú és,
E tú serás o que eu sou,*

Sendo esta portaria oficial do convento, compreende-se que aqui se concentrasse toda uma mensagem marcando bem a especificidade deste espaço de clausura. Da refe-

rida antecâmara, passava-se através de uma pequena porta, para um pátio murado, tendo á esquerda uma capela dedicada a N^a. Sr^a. Do Carmo e uma cela do padre porteiro que durante o dia, aqui atendia aos chamamentos. (Santos, 2001).

Em 1875 e 1877, demoliram-se estas construções contíguas. No exterior destas portas, alonga-se um amplo terrapleno arborizado, muito aprazível de onde se desfruta, a poente, um belo panorama, sendo especialmente apreciada a paisagem circundante da região.

O Sacromonte ou Via-sacra, era percorrido pelos fiéis em que experimentavam o sacrifício de Cristo, recriando a Jerusalém longínqua. Foi instalado no Buçaco, em duas fases, a primeira na década de 1640 e a segunda na de 1690, pelo bispo-conde de Coimbra D. João de Mello, responsável pela construção das duas capelas de forma mais elaborada; o Pretório e o Calvário.

O Pretório representa a casa onde Cristo foi mostrado à multidão sendo constituído por uma varanda à qual se acede por uma escada de 28 degraus, o número referido no Novo Testamento, cujo original terá sido trazido de Jerusalém para a Basílica romana de S. João de Latrão por Santa Helena, mãe do Imperador Constantino.

Quanto ao Calvário este é um pequeno Templo poligonal tendo anexo um corpo de celas. A forma do edificio faz referencia à igreja do Santo Sepulcro de Jerusalém construída sobre os lugares da morte e sepultura de Cristo.

As representações existentes na via-sacra do Buçaco compõem-se de vinte passos, marcados por pequenas capelas estendendo-se por mais de 3 quilómetros. Antes de 1694 as estações eram representadas simplesmente por uma cruz com o respectivo letreiro, altura que foram construídas capelinhas.

Faz-se de seguida a identificação da via-sacra que mostram o martírio de Cristo (Carvalhão, 2001).

A VIA CRÚCIS:

Passo do Horto

Aqui encontra-se o Horto onde Nosso Senhor Jesus Cristo orou e suou sangue com grande agonia e foi confortado pelo anjo.

Passo da Prisão

Considera-se o lugar onde o traidor Judas entregou N. S. Jesus Cristo à prisão. Levaram-no preso com grande estrondo e entusiasmo à cidade de Jerusalém, tendo-o por malfeitor e amotinador do povo.

Passo da Ponte do Cedron

Neste Passo encontramos a ponte do rio Cedron, por onde N. S. Jesus Cristo passou e foi lançado pelos tiranos, ficando sinais impressos sobre as pedras que estavam no rio, sinais que ainda hoje se podem ver.

Passo de Anás

Foi em casa de Anás, que o Redentor do mundo foi apresentado e foram-lhe feitas algumas perguntas, o Senhor respondeu a verdade e um dos soldados deu-lhe uma cruel bofetada.

Passo de Caifás

Em casa de Caifás N. S. Jesus Cristo foi castigado e desprezado.

Passo de Herodes

N. S. Jesus Cristo, em casa de Herodes, foi dado como louco e por isso vestiram-no de púrpura.

Passo do Pretório

Neste Passo Pilatos condenou N. S. Jesus Cristo à morte.

Passo da Cruz às Costas

Este Passo retrata o momento em que foi colocada a cruz às costas de N. S. Jesus Cristo

Passo da Primeira Queda

N. S. Jesus Cristo caiu pela primeira vez com a cruz às costas.

Passo do Encontro com a Virgem

N. S. Jesus Cristo, com a cruz às costas, encontrou-se com Maria.

Passo do Cireneu

Foi neste Passo que ordenaram a Cireneu que ajudasse Jesus Cristo a levar a cruz.

Passo da Verónica

Retrata o episódio em que Verónica saiu de sua casa com uma toalha, limpou o rosto de Jesus.

Cristo e na toalha ficou retractado o seu rosto.

Passo da Segunda Queda

N. S. Jesus Cristo, com a cruz às costas, caiu pela segunda vez.

Passo das Filhas de Jerusalém

N. S. Jesus Cristo, com a cruz às costas, virou-se para as filhas de Jerusalém.

Passo da Terceira Queda

N. S. Jesus Cristo, com a cruz às costas, caiu pela terceira vez.

Passo em que despojaram N. S. Jesus Cristo das suas vestes

Este Passo retrata o momento em que tiraram as vestes a N. S. Jesus Cristo.

Passo em que pregaram N. S. Jesus Cristo na Cruz

Momento em que N. S. Jesus Cristo foi pregado na cruz, tendo-lhe sido cruelmente furadas as mãos e os pés.

Passo do Calvário

Retrata o momento em que içaram a cruz com N. S. Jesus Cristo pregado.

Passo da Descida da Cruz

Neste Passo retiraram N. S. Jesus Cristo da cruz e puseram-no nos braços de sua santíssima e magoada mãe.

Passo do Sepulcro

Aqui é retratado o episódio em que depositaram o corpo de N. S. Jesus Cristo no Santo sepulcro.

A noção de Via-Crucis, de caminho do Calvário, é transposta para a organização do espaço e para a própria arquitectura. A instituição de um calvário no alto de uma montanha, convoca portanto, a ascensão, como Cristo subiu ao Gólgota, por um caminho geralmente difícil e espaçado, constituindo uma verdadeira peregrinação. Implica tam-

bém que esse lugar instituído como calvário faça as vezes de «centro espiritual» - como que o retrato possível de Jerusalém (Pereira, 2010).

Por isso se pode dizer que muitos dos santuários constituem pólos onde se organizam as chamadas «peregrinações de substituição». O calvário cristão e católico provêm desta fonte de inspiração, não sendo por acaso, que apresenta, muitas vezes, um percurso sinuoso ou labiríntico, como se passa na Via-sacra na Mata do Buçaco. De referir também que os frades carmelitas residiam por vezes fora do convento nas ermidas de habitação espalhadas pelo Deserto.

A invocação destas ermidas faz referência a santos eremitas como, por exemplo, S. João Baptista, S. Antão, S. Silvestre e a figuras relacionadas com a história da Ordem do Carmo como S. José, S. Elias, Santa Teresa e S. João da Cruz.

Sabemos que, no passado, o Buçaco encontrava-se vedado à maior parte das pessoas, onde se associava este lugar a um projecto de isolamento e de austera penitência.

A partir de 1834, esta situação altera-se de forma radical com a extinção do convento e a incorporação deste património nos bens nacionais.

11. As representações do Buçaco

O Buçaco de hoje apresenta-se como um espaço aberto e de visita livre, pelo que se verifica uma enorme afluência de gente desejosa de o conhecer, atraída pelas descrições elogiosas e mistério envolvente.

A história deste lugar descobre-se em cada canto pelo vasto património edificado, nomeadamente o de origem eclesiástica, mas também, pela influência do romantismo dos meandros do século XIX. Os lugares históricos, enquanto lugares de património e de confluência de uma multiplicidade de dinâmicas, tendem a aliar-se a uma riqueza cultural de forte identidade construída ao longo da (sua) história.

Portugal entra na segunda metade do século XIX, na chamada “Regeneração”, um período mais favorável, marcado por uma relativa estabilização política e por toda uma evolução associada à divulgação dos progressos contemporâneos.

Pode-se descobrir facilmente toda uma ambiência cultural romântica que contribuiu para a valorização do Buçaco e da sua mata. São essas perspectivas que vão marcar algumas realizações concretas de onde iria sair a fantasia e o génio criativo e artístico em particular à expressão de sentimentos ligados à natureza, ao passado e à nacionalidade.

Uma das formas de concretizar o gosto pelo belo consiste na imitação da natureza através da composição de jardins, onde esta aparece dominada, organizada, seleccionada e cercada, é o símbolo do paraíso terrestre, o centro do cosmos de que fala o livro do Génesis.

Para compor os jardins com sucesso, o homem apropriou-se dos elementos que a natureza lhe oferecia e modificou-os segundo as suas conveniências, mas teve ainda necessidade de criar, de forma artificial, outros. Porém, viu-se obrigado a agir sabiamente, pois tornara-se inaceitável o seu uso indiscriminado no estado puro, bem como a utilização de todas as fantasias geradas pela sua imaginação e engenho (Anacleto, 2000).

Na figura seguinte mostra-se uma ilustração da paisagem do lugar, apelando aos sentidos e à memória. Temos, como exemplo, a mata nacional do Buçaco pois é sem dúvida um lugar que mais apela ao elemento multissensorial com um forte argumento sensitivo pelo seu conjunto paisagístico, arquitectónico e diversidade dos acontecimentos que ali se registaram ao longo do tempo.



Figura 10 – Postal antigo revelando as maravilhas naturais do Buçaco em 1903 - Fonte: Posto de Turismo do Luso-Buçaco.

Pelo Buçaco têm passado inúmeras personalidades tais como todos os presidentes da República, chefes de Governo, ministros de Portugal e de muitos outros países. Outras figuras também registam a sua presença como o diplomata Henri Kissinger e o cardeal Ratzinger, hoje Papa Bento XVI.

Não será fácil resumir e hierarquizar tantos nomes ilustres, de poetas, escritores, filósofos, músicos e actores de cinema que visitaram o Buçaco. O livro de Honra do Palace reúne depoimentos notáveis. Entre muitos outros destaca-se o que em 14 de Setembro de 1956, pouco antes de falecer, escreveu António Ferro:

“Chego a ter escrúpulos de fazer o elogio da Palace Hotel do Buçaco de tal forma que tenho a impressão de estar em minha própria casa quando venho aqui repousar e me encontrar comigo mesmo. Este é aliás, o segredo deste hotel; o isolamento pacificador que me impede o convívio agradável. Lá esta impressão contribui, sem dúvida, o quadro, a moldura da floresta admiravelmente tratada, sítio raro, mas também, o serviço impecável, a

delicadeza do pessoal que não muda ao longo dos anos e reencontramos sempre com prazer, a excelência da sua direcção que espero continue sempre na família... Pode o hotel estar cheio ou ter apenas um hóspede que a atenção é a mesma, que tudo está a qualquer altura do ano como deve estar, sem uma falha. Neste aspecto no seu género, o Palace Hotel do Buçaco pode colocar-se entre os melhores da Europa. Venho aqui há muitos anos, com a certeza de encontrar o que desejo; a paz completa. Quando estou longe, penso no Buçaco (e no seu hotel) como o lugar ideal para me retemperar, para ganhar novas forças... E por isso vim aqui, mais uma vez, com excelentes resultados. E por isso voltarei.”

Regista-se uma série de impressões de grandes figuras que se deslocaram a Portugal, numerosos intelectuais franceses, belgas, alemães e espanhóis, que vieram a convite de António Ferro, director de Secretariado Nacional da Propaganda.

Para alguns, como Maurice Maeterlinck, Jacques Maritain e Jules Romain, era a primeira vez que estavam em Portugal. O mesmo já não acontecera com os espanhóis Miguel Unamuno, Wenceslau Fernandez Lore e Ramiro de Martzu, com a chilena Gabriela Mistral e com os franceses Fernand Gregh e Pierre Cabasset entre outros. Aliás, recorde-se que, a propósito de Unamuno, autor do livro “Por Tierras de Portugal y Espana”, visitou várias vezes o Buçaco e Fernand Greg publicara na Revue des Deux Mondes um poema sobre o Buçaco.

O jornalista Artur Maciel cicerone destes intelectuais, recordou numa crónica de primeira página do Diário de Notícias a exigência de Maritain para ouvir e participar numa missa no Convento dos Carmelitas Descalços do Buçaco e esse desejo cumpriu-se. De tudo quanto viram e admiraram, o Buçaco constitui um dos grandes momentos de emoção, não escondem o fascínio que os tocou profundamente.

Há, também um Buçaco artístico, bastando para isso, ver as obras de arte existentes e as cerâmicas que Rafael Bordalo Pinheiro que concebeu e executou para as capelas da Via Sacra, embora não tenha concluído todas as representações relativas aos episódios da Paixão e morte de Cristo. Consagrou Fialho de Almeida em Os Gatos, um extenso texto de louvor às peças de Bordalo e que permanecem, agora expostas no Museu das Caldas da Rainha.

Inúmeros poetas e escritores alguns já referidos, que se inspiraram no Buçaco, desde o Século XVII até aos nossos dias, para a realização das suas obras destaca-se entre outros, Castilho, Bulhão Pato, Antero de Quental, Eugénio de Castro e Vitorino Nemésio. Dos autores estrangeiros mais consagrados, podemos mencionar Mircea Eliade e Suzanne Chantal. Esta última escritora, publicou num pequeno livro com ilustrações de Thomaz de Melo, as remotas origens do mosteiro mutilado e do Palace Hotel como um resultado de proporções majestosas, pródigo de ornamentos, torres, galerias, salões luxuosos e de grande conforto fazendo. No entanto, critica o Palace onde incide na «sobrecarga» de elementos decorativos «excessivos».

Esta romancista apaixonada por Portugal escreve ainda o seguinte:

«Uma catedral verde eleva as suas altas abóbadas. (...) Sob esse sumptuoso dossel de arvoredos, a principio apenas se ouve o ruído amortecido das rodas no granito da estrada, apenas se experimenta uma penetrante sensação de plenitude e de serenidade (...) Aqui, a luz filtra-se através de um véu de leves folhagens, cai em chuva sobre os fetos, repercute-se nas hortênsias e abafa-se no veludo espesso do musgo, no bronze profundo dos tanques de água».

Também, Valéry Larbaud, dedicou ao Buçaco quando aqui esteve em 1926, um texto notável, intitulado, 200 Chambres, 200 Salles de Bain, e escreve parte do *Divertissement Philologique*, onde no mesmo, faz a sua declaração de amor à língua portuguesa.

A história do Buçaco e do Palace Hotel tem sido, igualmente, cenário romântico de sucessivas gerações de namorados que procuravam refúgio para devaneios sentimentais. O médico da corte do Rei D. Carlos, Thomaz de Mello Breyner, confirma no seu Diário que nos derradeiros anos da Monarquia, decorreu no Hotel, a estreia sexual de D. Manuel II, último rei de Portugal, com a artista francesa Gaby Delslyss. Thomaz de Mello era também director do hospital do desterro de doenças infecto-contagiosas onde exercia a sua especialidade médica. Eis uma revelação constante nas páginas esquemáticas do Diário, que escapou certamente, à censura da viúva a Rainha D. Amélia e de outros familiares mais próximos da corte.

Todo o ambiente do Buçaco atrai os poetas, escritores, artistas e namorados, seja qual for a sua idade, para uma sempre renovada peregrinação sentimental, desde a Porta

do Luso até ao horizonte circular do ponto mais alto da via-sacra, a Cruz Alta, onde se pode descobrir com os olhos a paisagem.

Nos seus tempos de estudante de Coimbra, Antero de Quental deslocava-se frequentemente ao Buçaco, a fim de encontrar tranquilidade e energia para os seus combates do corpo e do espírito, onde revive desses momentos, em algumas poesias recolhidas intituladas Raios da Extinta Luz.

Também Guerra Junqueiro gostava de se envolver nos labirintos da mata e por isso afirmou, “O Buçaco é como as antigas florestas, cheias de religiosidade. Nem as aves cantam. Uma mudez augusta eleva as almas e as reintegra na natureza. É por isso que o Buçaco é uma floresta sagrada, divina, espiritual. A paisagem para um santo, para uma grande alma contemplativa e cheia de amor...”. Antero de Quental poderia ser, sem dúvida esse homem.

Outros houvera que viveram o Buçaco de forma única e genuína, tais como Jaime Cortesão, J. A. Forbes de Magalhães ou Benarda de Lacerda os quais merecem que se faça uma breve referência. Assim, e começando por Jaime Cortesão ele diz-nos o seguinte, «Voltei à mata do Buçaco, a cujas musgosas veredas se prendem tantas e aprazíveis recordações da minha mocidade. Voltei em dias sucessivos talvez para despedir-me; mas descí, por certo, pela última vez, a empinada escarpa da via-sacra, arrastando a cruz, até aos cimos e sacrifício supremo do calvário». Forbes de Magalhães retrata assim: «Quem pela primeira vez entra na mata do Buçaco, experimenta uma emoção de assombro, de respeito, de maravilhoso, uma espécie de sacro terror, tal é a imponência e majestade do arvoredado, a variedade do colorido da folhagem, o sombrio dos vales, o acidentado do terreno, o pitoresco da região».

Benarda de Lacerda no século XVII via o Buçaco assim:

*«Canto el desierto Buçaco
La soledad venturosa
A donde habita el silencio,
Y la penitencia mora.
A donde el amor divino
Com frontera poderosa
De inexpugnables penascos»*

O Prémio Nobel José Saramago também visitou o Buçaco tecendo as melhores críticas quanto ao seu património natural e paisagístico na sua obra “Viagem a Portugal”. O mesmo já não se pode dizer quanto ao conjunto arquitectónico de traço neo-manuelino do Palace Hotel em que Saramago o descreve como pouco sério. Nada melhor do que citar as palavras quanto à sua narrativa acerca deste assunto. Assim Saramago descreve a Mata e o Palace da seguinte maneira:

“Quando se diz Buçaco, não se está a pensar nesta serra igual a tantas, mas naquele extremo dela, esse sim fabuloso, que é a mata (...), Está aí, porém o Palace Hotel a requerer a primeira atenção. Olhemo-lo para depois passarmos a coisas mais sérias. Porque enfim, sério não pode ser este neo-manuelino, este neo-renascimento, concebidos por um arquitecto e cenógrafo italiano nas agonias do século XIX, quando Portugal se inflamavam imperialmente as consciências e convinha enquadrá-las em boas ou más molduras quinhentistas. O viajante não está zangado ou indisposto (...). Apenas tem o direito de não gostar do Palace Hotel, mesmo reconhecendo como bem cinzelada está esta pedra, (...). Muitos dos viajantes estrangeiros que se hospedam debaixo destes manuelinos tectos abalam de manhã cedo para a mata e só voltam às horas das refeições. (...). A mata do Buçaco absolve os pecados conjuntos de Manini e do viajante (...). Aqui é serva a água, servo os animais que se escondem na espessura ou por ela passeiam. O viajante passeia, entregando-se sem condições, e não sabe exprimir mais do que um silencioso pasmo diante da explosão de troncos, folhas várias, hastes, musgos esponjosos, que se agarram às pedras ou sobem pelos troncos acima e quando os segue com os olhos dá com o emaranhado das ramagens altas tão densas que é difícil saber onde acaba esta e começa a aquela. A mata do Buçaco requer as palavras todas e estando ditas elas, mostra como ficou tudo por dizer. Não se descreve a mata do Buçaco. O melhor ainda é perder-nos nela (...). Neste tempo de Janeiro incomparável quando ressumbra a humidade do ar e da terra e o único rumor é o dos passos nas folhas mortas (...).

O Buçaco não é só estimado como espaço de rara beleza e harmonia mas também como lugar de memória, repleto de recordações. Na verdade, combina-se a glória dos

feitos militares nacionais com o mistério e o dramatismo que rodeavam a antiga ordem conventual e a vida eremítica. Um fascínio que ainda se pode alimentar de testemunhos e de múltiplos vestígios patrimoniais onde o Buçaco é um motivo de uma evocação melancólica para os autores mais ligados a uma tendência ultra-romântica.

As representações que nos tempos modernos, se fazem do Buçaco são diversas, destacando-se o recurso às novas tecnologias de informação como a internet, publicidade e os folhetos turísticos dos Postos de turismo e das agências de viagens.

O despertar da Internet fez com que, ao nível da promoção, passasse a existir uma maior competitividade entre os destinos turísticos. Assiste-se, cada vez mais, a um aumento da concorrência entre os destinos turísticos, sejam eles de país para país ou de região para região. Passou a existir por parte das organizações promotoras uma maior preocupação em projectar uma imagem favorável dos seus destinos turísticos. Quem possuir melhor estratégia de comunicação terá maiores vantagens na opção desse turista, uma vez que lhe transmite uma segurança maior na satisfação dos seus desejos.

Com a Internet, o turista tem acesso a um conjunto de informações sobre um determinado país, região, ou localidade que antes não tinha: Atrações turísticas, serviços públicos, infra-estrutura, endereços, serviços turísticos entre outros. As imagens persuasivas, a informação, as mensagens publicitárias sobre uma determinada localidade, disponibilizadas na Internet, aumentam a curiosidade do turista sobre os destinos a conhecer.

Num mundo cada vez mais globalizado e marcado por um aumento significativo da competitividade, as organizações promotoras do turismo necessitam de estar cada vez mais próximas dos consumidores.

Actualmente, se um destino não figura na Internet pode correr o risco de dar lugar a que o turista real ou potencial opte por outro destino (Marujo, 2004). Com a Internet, assiste-se cada vez mais ao nascimento e desenvolvimento de novos destinos turísticos. O novo meio de comunicação faz com que os consumidores aumentem os seus patamares de exigências e de expectativas.

Ao poder público e às empresas privadas cabe-lhes o papel de sensibilizar o imaginário dos turistas para visitarem as suas regiões. Por isso, a Internet surge como um novo campo de batalha para os promotores dos destinos turísticos.

A figura seguinte ilustra o portal do site da Fundação Mata do Buçaco em www.fmb.pt¹⁸.



Figura 11 - Imagem do Portal da Fundação Mata do Buçaco

A Internet fornece muita informação para que um potencial turista possa tomar a decisão de converter-se em visitante, e seleccionar esse destino frente a outras alternativas. “Se antes, na propaganda tradicional, o anunciante decidia a mensagem e a divulgava nos media, agora quem decide a mensagem que quer ver é o consumidor. No ambiente virtual, é o seu interesse pelo assunto que activa a comunicação e não mais o interesse da empresa em fazer com que ele conheça o seu produto. A linguagem publicitária na rede precisa de um apelo muito maior para atrair a atenção do público. A preocupação com a forma – objectivo máximo do discurso publicitário – deixa de ser soberana. O conteúdo passa a ser tão determinante como a maneira com que ele será apresentado” (Brandão, 2001).

A Fundação da Mata do Buçaco faz uso da Internet como uma ferramenta essencial para o contacto imediato virtual do visitante podendo recorrer as várias informações úteis tais como as actividades e eventos a decorrer, novidades, concursos e espectáculos, contactos, enfim todo um conjunto de informações que se espera encontrar num site hoje em dia.

¹⁸ Imagem à data de Abril de 2010

12. Apresentação das estratégias de actuação

A unidade de análise é a paisagem cultural do Buçaco nas suas múltiplas vertentes como as representações vividas e a simbologia do lugar, ou seja com o seu património natural, paisagístico, arquitectónico religioso, militar e histórico. O Buçaco é assim um destino turístico que deve ter uma nova centralidade ecológica.

A Mata do Buçaco está carente de apoio no que diz respeito a conservação do património edificado, natural e paisagístico. Assiste-se ainda ao abandono progressivo dos edifícios religiosos e das espécies vegetais que requerem vigilância e cuidados contínuos. Muitas destas espécies são vítimas dos comportamentos egoístas dos visitantes e os edifícios, nomeadamente as edificações religiosas mais isoladas como as capelas, ermidas e fontes são vandalizadas por quem não se identifica com este património com mais de 300 anos de História nacional.

As estratégias incidem num modelo que dá ênfase aos factores requalificação paisagística e arquitectónica

Para concretizar os objectivos deste trabalho efectuou-se um balanço das principais potencialidades da região, após as quais, se elaboraram as acções de desenvolvimento do Buçaco, foram também idealizados roteiros turísticos, tendo em conta o potencial da região

Achamos também pertinente, para a nossa estratégia de actuação, conhecer a recente Fundação do Buçaco e entrevistar o seu actual Director, Eng. António Jorge Franco.

Os pontos a abordar incidiram nos seguintes itens:

- Balanço das principais potencialidades;
- Acções de desenvolvimento do Buçaco;
- Circuitos Turísticos;

12.1. Balanço das principais potencialidades

Tendo em conta a revisão da literatura efectuada e a nossa experiência pessoal, dado que efectuámos programas de animação turística neste contexto, identificam-se seguidamente as principais potencialidades que a paisagem cultural do Buçaco apresenta e que podem contribuir para o seu desenvolvimento e projecção a nível local, regional, nacional e, até, a nível internacional:

- Potencial Turístico Local e Regional;
- Localização montanhosa e geográfica;
- Boa acessibilidade externa;
- Qualidade do património cultural, ambiental e paisagístico;
- Monumento Nacional classificado com expressão significativa;
- Cenário marcante da História Militar Portuguesa;
- Dinâmica turística com clara vocação para o turismo Cultural, Termal (Saúde) e Ambiental.
- Gastronomia e Vinhos de excelência regional.

Estas potencialidades podem e devem ser integradas num conceito mais lato de gestão. Note-se que, para além dos aspectos relativos à directa gestão do sítio ou monumento, outros existem, a montante, que se prendem com a gestão dos financiamentos e providência de condições de sustentabilidade, matéria que aliás, se avalia tendo em conta as potencialidades referidas.

Creemos, no entanto, que conhecendo a complexidade e identificando os problemas, as dificuldades e potencialidades da Mata do Buçaco, se poderão ir pondo de pé diversas “terapêuticas” para os problemas de gestão que vão surgindo para este universo se encontra em permanente e rápida expansão.

Temos consciência de que o Estado enfrenta, conforme os ciclos económicos e especulativos dos mercados financeiros, dificuldades de gestão quase sempre decorrentes da fragilidade dos seus orçamentos. Isto, infelizmente influencia de forma negativa o recrutamento de especialistas, tanto de formação intermédia como de formação académica

superior, bem como a impossibilidade de assegurar fontes de financiamento e de receitas sustentadas.

12.2. Acções de desenvolvimento do Buçaco

Mediante a análise das potencialidades anteriormente referidas, consideramos um conjunto de propostas de acção, sequenciais, que podem ajudar o desenvolvimento do turismo da região, atendendo à paisagem cultural do Buçaco. São as seguintes as quatro acções consideradas:

Acção A:

- Qualificação e reabilitação do Património;
- Aposta na acção do Marketing para projectar e assegurar a imagem do potencial turístico;
- Fomentar actividades complementares tais como o termalismo, desporto, lazer, música, educação ambiental, patrimonial, gastronomia e produtos locais.

Acção B

- Efectuar pesquisa em regime de continuidade, explorando novas potencialidades que possam surgir em função do mercado (procura) sem esgotamento do potencial do espaço;
- Qualificar os equipamentos, serviços e recursos humanos;
- Oferta à fruição pública, desde que os itens anteriores sejam assegurados.

Acção C

- Constituição de “bases” para o acolhimento do turista e (ou) visitante;
- Inserção do conjunto do património existente numa lógica de economia contemporânea com o recurso ao turismo Cultural, Ambiental e Activo de forma a criar receitas próprias.

Acção D

- Criar protocolos e parcerias com o ramo empresarial local, nacional e internacional;
- Estabelecer contactos com as associações culturais, grupos de teatro e técnicos qualificados nomeadamente na área da educação.

Queremos destacar, na acção B a importância de acções de formação periódicas destinadas aos técnicos e pessoal. Algumas das actividades que merecem particular atenção no âmbito da formação são as relacionadas com a botânica, a história e a arquitectura do Buçaco.

Na figura seguinte mostram-se as acções de forma esquematizada para a dinamização, promoção e desenvolvimento da mata do Buçaco.

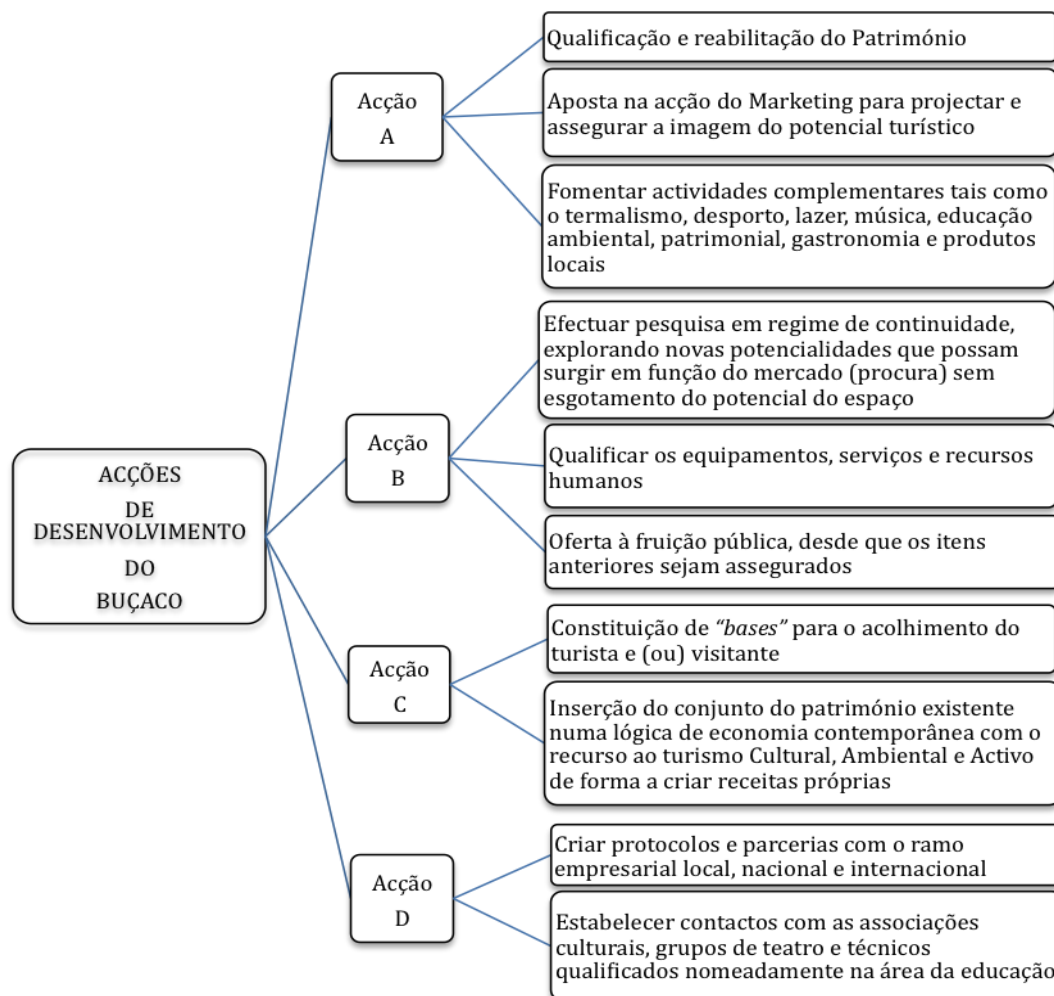


Figura 12 - Acções de Desenvolvimento no Buçaco

No entanto, a acção mais emergente a desenvolver para potencializar e dinamizar o Buçaco prende-se com a criação de um Centro Interpretativo Misto em que albergue o Património Histórico e o Natural. Assim, é importante fazer uma clara identificação do património colocando-o num patamar de relevância científica, comunicacional, informativa e formativa.

O centro interpretativo, na nossa perspectiva deve desenvolver as seguintes áreas de trabalho:¹⁹

- Protecção das estruturas visitáveis;
- Salvaguarda do espólio;
- Tratamento do espólio;
- Estudo do espólio;
- Restauro de peças de matriz religioso, obras de arte, documentos históricos e artísticos;
- Monitorização, *anteriori* e a *posteriori* dos efeitos das visitas;
- Arranjo Paisagístico das Estruturas visitáveis, bem como uma boa sinalética;
- Vedação, do património exposto quer aos elementos naturais quer à mão humana.

Paralelamente deve ainda existir:

- Casas ou facilidades de guardaria permanente;
- Observatório de paisagem;
- Oficinas temáticas.

Para a instalação de um centro interpretativo no Buçaco impõe-se que haja pré-requisitos que possam acolher um conjunto de material informativo, que capacite o visitante a perceber o lugar e as sucessivas fases de transformação por que passou.

Note-se que, na maior parte das vezes, os centros explicativos são constituídos por adaptações de pequenas casas de arquitectura vernacular já existente, ajudando assim à sua preservação.²⁰

¹⁹ Em concordância com as propostas apontadas na revista *ERA* -Arqueologia, nº3, Lisboa, Era, 2002.

A construção do centro interpretativo da mata do Buçaco deve assumir as características que possibilitem melhor interagir com os visitantes: explica, procede a (ou oferece) uma interpretação, mas também regula e disciplina os fluxos de visita, associando-se-lhe uma componente científica uma vez que estes centros se encontram, em regra, dotados de gabinetes de trabalho, de centro de documentação e de reservas.

É pertinente referir que o Buçaco detém uma característica de museu de sítio, tornando por isso mais um factor de potencial turístico. Os museus de sítio, de que se possui apenas, por enquanto, o exemplo de Conímbriga, constituem obviamente uma mais-valia. No entanto, esta mais-valia tem vindo a ser ultrapassada pela maior flexibilização das potencialidades anteriormente descritas, embora se continue a impor em circunstâncias de grande envergadura ou monumentalidade, como é o caso, do Mosteiro de Santa Clara a Velha em Coimbra.

Pensamos que a mata do Buçaco se enquadra neste conceito pós-moderno de museologia, designada pela *nova museologia* possuindo as condições ideais, desde que haja vontade política para a sua concretização. Aqui a missão da fundação da Mata do Buçaco pode e deve ter um papel activo e preponderante para o desenvolvimento do potencial turístico da Mata.

12.3. Circuitos turísticos

O pedestrianismo tem-se vindo a revelar, um pouco por todo o mundo, como uma actividade muito importante não só ao nível da melhoria da qualidade de vida de quem a pratica com regularidade, mas também ao nível da promoção ambiental, turística e cultural das regiões onde é praticada.

A Região Centro possui diversos pontos fortes com um vasto território na sua maioria zonas de lazer que surpreendem pela sua biodiversidade e qualidade de integração na paisagem, o que o torna tão singular.

²⁰ Acerca deste assunto veja-se a obra de Paulo Pereira “ *Património Edificado – Pedras Angulares*, 2005.

As actividades turísticas podem e devem ser uma relevante mais-valia da oferta turística nomeadamente o *Touring*, ou circuitos turísticos. Assim pretende-se mostrar alternativas em termos de roteiro turístico ligando o Buçaco a outros destinos da Região.

A inclusão de roteiros turísticos será assim uma ferramenta fundamental para a oferta turística, abrindo um nicho de mercado atractivo e sustentável, correspondendo a sua oferta à procura do consumidor.

12.3.1. Percursos internos da Mata do Buçaco

Estes percursos botânicos e históricos foram traçados tendo em vista proporcionar uma boa imagem da diversidade arbórea da Mata. São a nosso ver, uma tentativa de mostrar a mata nas perspectivas histórica e paisagística onde são percorridos alguns dos pontos mais atractivos como as Portas de Coimbra, o Vale dos Fetos, a Varanda de Pilatos, a Fonte Fria e a Cruz Alta.

Apresenta-se dois exemplos já existentes no que diz respeito aos circuitos pedestres. A figura seguinte mostra o percurso histórico com 3 alternativas indicadas nos percursos 1, 2 e 3.

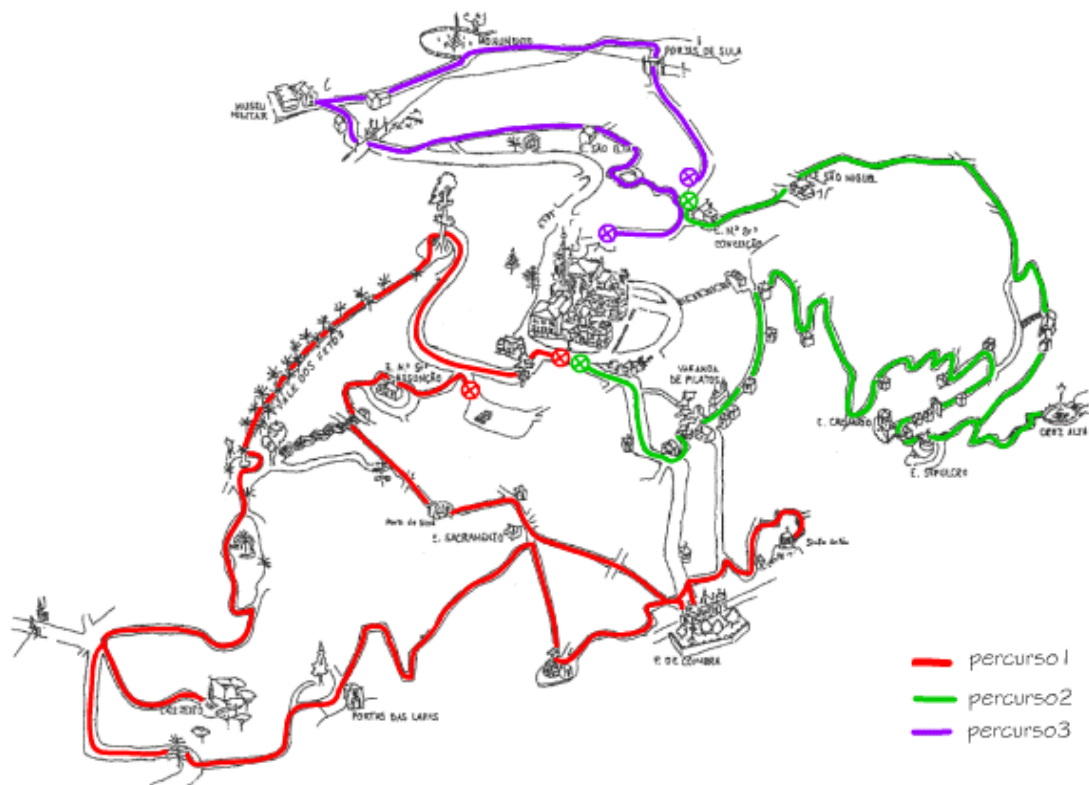


Figura 13 - Percurso Histórico do Buçaco: Fonte – Fundação Mata do Buçaco

A figura seguinte mostra-nos o percurso botânico também com 3 alternativas. Em ambos são indicados como parte integrante de um conjunto patrimonial cultural, religioso, romântico e natural da Mata Nacional do Buçaco.

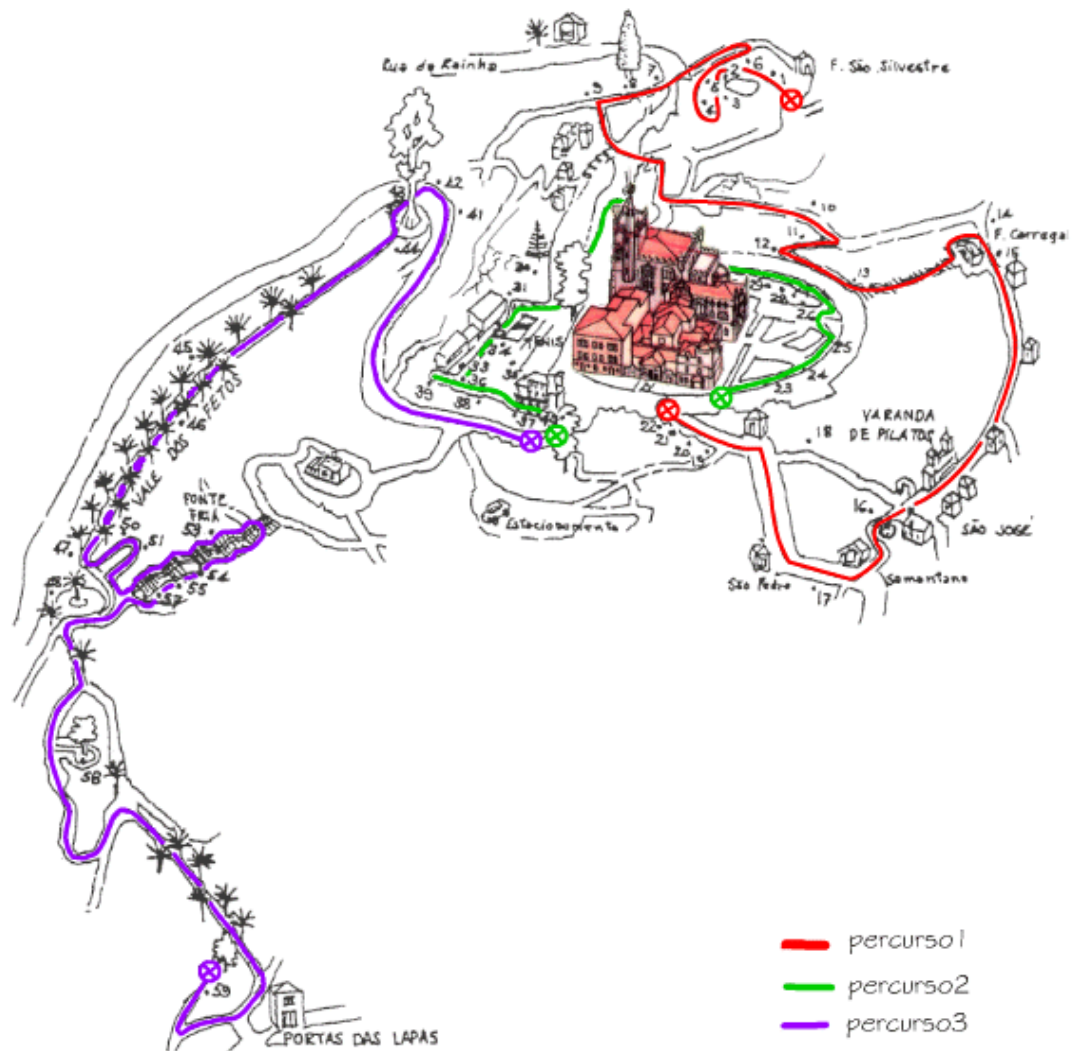


Figura 14 - Percurso Botânico do Buçaco Fonte – Fundação Mata do Buçaco

Apresentamos agora circuitos na Região Centro que ligam o Buçaco a três destinos organizados por rotas. Esta articulação enquadra-se numa lógica de diversidade, cuja oferta tenta ir ao encontro do potencial turístico da Região Centro. Assim consideramos as seguintes rotas como as mais importantes no que diz respeito ao seu valor cultural e paisagístico da região.

12.3.2. Circuitos regionais

- **Rota das Paisagens (S. Pedro do Sul e Buçaco)**

S. Pedro do Sul teve sempre o seu nome associado à fama das águas da estância termal e situa-se no limite Norte da Região Centro, na Região da Beira Alta e no distrito de Viseu. Confronta com os Concelhos de Arouca, Castro Daire, Vouzela, Oliveira de Frades, Viseu e Vale de Cambra. Integrada na antiga região de Lafões, é um território natural que apresenta muitos motivos de interesse turístico ao nível do Património natural e cultural. É um dos três Concelhos que formam a Região de Lafões, território natural de grande beleza considerado por alguns como a “*Sintra das Beiras*”. Este território apresenta uma grande diversidade paisagística que lhe advém da presença do maciço montanhoso da Gralheira a norte e do Rio Vouga a sul.

Neste percurso designado por rota das paisagens, proporciona-se uma sequência de paisagens serranas, fluviais, pontos panorâmicos, ocorrências geológicas, paisagens rochosas e manchas de coberto vegetal, com especial destaque para as paisagens do alto do Portal do Inferno, do sítio das Penas, da Cascata do Poço Negro, bem como das envolventes de Gourim, Pena e Covas do Monte.

O roteiro tem o seu início nas Termas de S. Pedro do Sul e desenvolve-se maioritariamente, na zona serrana, tendo uma duração prevista de 2 dias.

- **Rota das Aldeias de Xisto (Lousã e Buçaco)**

É dos percursos mais procurados e apreciados da Lousã. Este percurso evolui em grande parte nas encostas da Serra da Lousã e faz a ligação entre o Castelo da Lousã e a ermida de N. Senhora da Piedade com duas das mais emblemáticas Aldeias do Xisto desta serra, o Talasnal e o Casal Novo. De há alguns anos para cá as casas destas aldeias têm sido alvo de um profundo plano de reabilitação. Este itinerário é uma viagem no tempo, pois ao fazê-lo repetimos os passos que os antigos habitantes destas aldeias serranas davam nestes únicos acessos que tinham para descer à vila da Lousã

A Cordilheira Central, de que é parte da Serra da Lousã constitui a extremidade sudoeste, é o mais importante bloco montanhoso de Portugal, sendo um elemento essencial do relevo das Beiras. Impõe-se à paisagem circundante pela continuidade do seu conjunto, pela acentuada altitude relativa e pelo declive abrupto do seu rebordo

noroeste, de tal forma acentuado que os mais altos cumes (acima dos 1000 m de altitude) culminam a escassos 2 ou 3 km das terras baixas que se estendem nos sopés das montanhas (Carvalho e Amaro, 1996).

A Serra da Lousã alberga comunidades vegetais e animais relevantes em termos de biodiversidade e conservação da Natureza incluídas em Directivas Nacionais e Internacionais, que as protegem integralmente, bem como aos seus habitats. Destacam-se a fetusca, o narciso, o ruivaço, a salamandra-lusitânica, o lagarto-de-água, a cegonha-preta, o tartanhão-caçador, o guarda-rios e a lontra.

Apesar da grande maioria da mancha florestal ser dominada pelo pinheiro e o eucalipto é ainda possível encontrar algumas manchas de coberto vegetal mediterrâneo (azinheira, carvalho português, sobreiro, medronheiro e plantas odoríferas) nesta zona, principalmente junto ao leito das ribeiras.

O Castelo com o seu enquadramento cénico, fica próximo das ermidas, do rio e da sua piscina natural, transformam-no num dos mais interessantes pontos turísticos da Região Centro. As suas origens, não se encontram ainda determinadas com exactidão, deixando espaço para algumas lendas explicativas da sua construção.

O percurso, relativamente protegido em todas as estações do ano, é enquadrado quase sempre por vegetação oferecendo magníficas paisagens a quem o percorrer. Devido aos desníveis, é um percurso com alguma exigência em termos físicos, no entanto possui uma variante (PR2.1) que permite encurtar o seu trajecto.

Esta ligação, traçada na encosta sobranceira à Ribeira de S. João, proporciona uma vista magnífica da aldeia do Talasnal e do vale da Lousã, permitindo diminuir a distância percorrida e evitar alguns dos maiores desníveis (Adapt. Guia informativo do PR2).

- **Rota Cultural (Costa Nova e Buçaco)**

A Costa Nova é sem dúvida, pela sua história, situação geográfica privilegiada e pela diversidade das suas paisagens, fruto de uma interessante combinação de mar, ria e área florestal, um local de eleição para a actividade física. Representa um verdadeiro convite a descobrir, a história, as tradições e os sabores duma povoação de pescadores.

A (re) descoberta das cidades, das vilas ou das aldeias, pelos visitantes e mesmo pelos habitantes locais, assim como a dinamização de novos pontos de contacto com a Natureza, são sem dúvida ferramentas fundamentais para a construção de um local turis-

ticamente mais atractivo. Logo nos primeiros passos, o visitante deixar-se-á levar pela forte sugestão das cores vivas das casas típicas, os palheiros, pelo forte contraste dado pelo constante ímpeto das ondas do Oceano, dum lado da povoação, e a calma das águas da Ria, do outro.

O dia-a-dia dos pescadores, as redes deixadas ao sol, as decorações marinhas que se consegue observar através das janelas nas casas típicas, reflecte a origem desta povoação, intimamente ligada à actividade piscatória.

A Costa Nova surgiu no início do século XIX, com a abertura da Barra no lugar onde ainda hoje se encontra, como sítio onde se praticava a Arte Xávega, actividade piscatória realizada com barcos característicos e em forma de meia-lua. Começaram então a ser edificadas a poucos metros do mar os primeiros palheiros, construções em tábuas de madeira sobrepostas e cobertas originariamente com caniço (daí talvez o nome “palheiro”), para guardar as alfaias da apanha das algas e da faina.

Mais tarde os pescadores com as suas famílias e os mercadores de pescado transferiram-se definitivamente para este local, convertendo os palheiros antes utilizados como armazém, em habitações.

A Costa Nova é representada pela constante adaptação do homem às condições naturais adversas como a zona mais interior do sistema dunar que foi ocupada pelos palheiros, e as marés da Ria que influenciam diariamente o ritmo de vida e as actividades dos habitantes.

Verdadeiramente pitorescas são as ruas estreitas entre os palheiros, e as escadinhas que sobem até o topo da povoação, donde é possível aproveitar uma deslumbrante paisagem lagunar. O passeio à beira Ria, com as casinhas às riscas dum lado e o espectáculo do brilho da água do outro, representa o ex libris da Costa Nova. (Adap. Ilhavo Guia Informativo, C.M.I, 2009).

A figura seguinte mostra o circuito alternativo entre o Buçaco, S. Pedro do Sul, Costa Nova e Lousã, respectivamente.

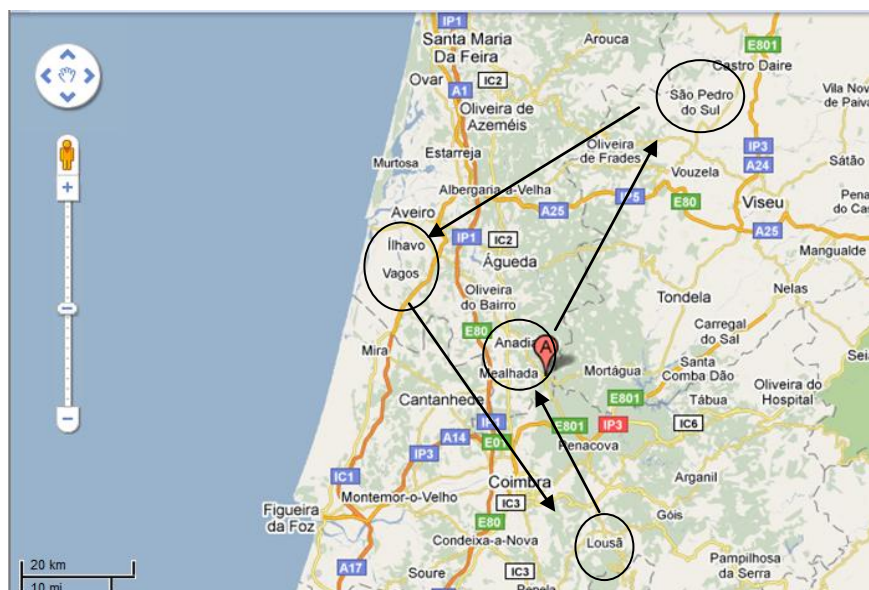


Figura 15 – Circuito turístico na região centro: Fonte: Adap. a partir de www.google.maps

Estas rotas surgem neste trabalho no sentido de demonstrar que o Buçaco pode ser um potencial destino turístico central, dado que, se pode encontrar na Região Centro três produtos turísticos diferentes na mesma região a partir do Buçaco. Estes distinguem-se pelas suas principais características que são a área protegida, as aldeias protegidas, a serra e a praia.

12.3.3. Fundação Mata do Buçaco

A recente criação da Fundação Mata do Buçaco²¹, tem como principal missão garantir a gestão da preservação e protecção histórica e paisagística deste importante património nacional. Uma ambição de longa data que, após mais de 15 anos de avanços e recuos na requalificação da Mata, vê agora uma das suas pretensões a serem concretizadas que é a criação de uma entidade gestora.

Achamos imperativo que a fundação concretize medidas estratégicas orientadas para uma consolidação financeira própria que possam gerar receitas numa perspectiva de auto sustentabilidade. Para isso, é necessária uma estreita ligação com o ramo empresarial local, regional, nacional e até internacional realizando parcerias e (ou) protocolos,

²¹ Por proposta do ministro da Agricultura e Pescas, Jaime Silva, o conselho de Ministros criou no dia 5 de Março de 2009 a Fundação Mata Nacional do Buçaco.

com os agentes, operadores turísticos, outras fundações ou entidades privadas de áreas diversas com interesse logístico ou financeiro no Buçaco, empresas turísticas privadas, associações comerciais, culturais e desportivas.

Tendo em atenção a identificação das potencialidades e as acções a desenvolver por nós idealizadas achámos pertinente e oportuno entrevistar o actual Director da fundação, o Eng. António Jorge Franco, e vereador da Câmara Municipal da Mealhada para compreender a missão e os planos de intervenção da fundação da mata do Buçaco.

Na entrevista foram abordadas quatro questões essenciais:

1. Que projectos existem para o turismo cultural e ambiental no Buçaco?
2. Qual a plataforma de recepção e de distribuição de turistas?
3. Que parcerias existem com o turismo local e a actividade empresarial?
4. Que ideias existem para uma educação ambiental e patrimonial?

Estas questões são, a nosso ver as que melhor se enquadram para o reconhecimento da missão da Fundação no terreno. Constatamos que ainda não houve um trabalho sólido, nas áreas que questionámos, pois segundo o director da Fundação, faltam recursos humanos e financeiros que precisam de ser consolidados antes de pôr em acção outras estratégias. Estas dificuldades foram desde logo identificadas no início da entrevista como o travão para o desenvolvimento do Buçaco. Porém, queremos referir que a Fundação tem feito um esforço merecedor da nossa atenção para dinamizar o Buçaco. Destacamos por exemplo a sua candidatura às 7 maravilhas naturais, a criação de eventos culturais, musicais, recriações históricas em datas comemorativas como a Batalha do Buçaco, visitas guiadas, entre outros.

Como resultado final, conseguimos identificar que a fundação da Mata do Buçaco tem um longo caminho a percorrer. Constatamos que algumas das suas iniciativas actualmente existentes não são suficientes pelo que necessita de tempo e valor humano para conseguirem atingir os seus objectivos.

No entanto é óbvio que a responsabilidade deve ser de todos como cidadãos e só depois de uma entidade tutelar pelo que todos devem contribuir de alguma maneira para um bem comum e que deve ser preservado e respeitado deixando um legado para as gerações vindouras.

13. Conclusão

A Mata Nacional do Buçaco é uma área protegida que mantém uma paisagem de beleza singular, um verdadeiro jardim monumental considerado por muitos, único na Europa. A paisagem cultural tem sido um espaço dinâmico com ciclos de tempo muito diferentes, apropriado por múltiplos agentes e o turista é apenas um deles.

Este conceito é fundamental para entender o Buçaco enquanto realidade multissensorial contudo, não é fácil de explicar pois, envolve uma experiência directa e única do sujeito, tornando-a por isso subjectiva.

Neste contexto, quisemos dar um contributo, para uma melhor percepção da paisagem cultural abordando algumas correntes de pensamento de autores contemporâneos. Como verificamos, a paisagem é por isso um instrumento fundamental para que no futuro se possa *sentir* o Buçaco dando-lhe o valor acrescido que ele merece.

Assim, nesta dissertação estudámos e apresentamos a paisagem cultural do Buçaco, atendendo às novas formas de a abordar não esquecendo porém, a importância da perspectiva de memória e de identidade deste lugar. Por isso faz todo o sentido compreender o património na sua dimensão cultural, monumental e paisagística num contexto da valorização e conservação do Buçaco bem como a sua inclusão num reconhecimento não só a nível nacional, que já o é, mas também, no futuro próximo a nível internacional como património da Humanidade.

A paisagem cultural do Buçaco é um instrumento para o desenvolvimento local, dado que, se encontra inserida num verdadeiro complexo termal conhecido pela qualidade das suas águas, com uma gastronomia regional de excelência e com um património significativo de interesse nacional, o que se traduz em varias oportunidades e possibilidades para as novas práticas do tempo livre e lazer. É incontornável o potencial que o Buçaco detêm para responder às novas concepções do tempo livre e lazer, nomeadamente à alteração nos hábitos de consumo.

Os argumentos para um turismo e desenvolvimento sustentável foram registados nesta dissertação como os mais relevantes de todo o seu conjunto patrimonial. No entanto,

deve-se ter em conta a conservação e protecção do Buçaco de um desgaste prematuro ou de acções menos escrupulosas evitando assim um esvaziamento dos seus recursos endógenos.

A importância da singularidade da paisagem cultural do Buçaco trouxe várias representações das quais fizemos algumas citações de personalidades distintas. As representações são a expressão mais visível de como este lugar tem sido visto ao longo do tempo diferindo de pessoa para pessoa, não sendo por isso unânimes.

Neste caso de estudo identificamos, também as principais potencialidades que constituem por si actividades de desenvolvimento sustentável para a região. É de crer que estas potencialidades são o trunfo para o sucesso do Buçaco desde que sejam enquadradas num plano de gestão que coloque sempre os seus interesses em primeiro lugar.

A apresentação das nossas acções de desenvolvimento para o Buçaco emergem de uma perspectiva de ensaiar uma estratégia de turismo e marketing territorial capaz de transformar e potencializar a sua imagem da paisagem cultural como destino turístico de destaque, atractivo, credível quer a nível nacional como internacional. É por isso, fundamental construir uma imagem moderna de turismo e marketing territorial que se aplique ao Buçaco, pois os modelos até aqui adoptados já não funcionam.

Estas estratégias dão, pensamos mais consistência às acções actualmente em curso. O papel da recente criada Fundação terá sem dúvida um papel relevante para a protecção, conservação e projecção da imagem do Buçaco se atender estas linhas de acção.

Actualmente assiste-se a uma transformação do papel tradicional dos museus que se mostram cada vez mais como lugares culturais, onde se valorizam as actividades educativas e de lazer, reflectindo deste modo, os interesses da sociedade contemporânea. Como tal, o Buçaco não foge a esta ideia subjacente das novas correntes museológicas, bem como, às novas práticas do lazer e turismo.

Como projecto de futuro é pertinente desenvolver uma corrente museológica com a criação de um centro interpretativo inserido no espaço da Mata abrangendo todo o património podendo inclui-se numa ideia pós-moderna da nova museologia.

Acreditamos que uma estreita ligação entre o Buçaco e a educação ambiental permite um desenvolvimento duradouro no ensino e aprendizagem do património e uma melhor consolidação de conhecimentos, vínculos e valores num contexto de uma nova cidadania.

Bibliografia

- Anacleto, M. R. (2000). *Arquitectura Neomedieval Portuguesa* (vol. I e II). Lisboa: Textos Universitários, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Baidal, J. A. I. (2003). Política Local y gestión de los espacios turísticos. In Santos Solla (Ed.), *La Geografía y la gestión del Turismo* (pp. 17-56). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Baloglu, S., & McCleary, W. (1999). A Model of Destination Image Formation. *Annals of Tourism Research*, 26, (4), 868-897.
- Barney, J. (1991). Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. *Journal of Management*, 17, (1), 99-120.
- Bell, D., & Valentine, G. (1997), *Consuming Geographies: We are Where we Eat*, London: Routledge.
- Bertrand, G. (1971). *Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico*. *Revista IGEOG/USP* (Caderno de ciências da terra), 13.
- Bertrand, G. (1972), *La Science du Paysage, une science diagonale*. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 43 (2), 127-133.
- Bramanti, A. (1999). De l'espace au Territoire: développement relational et compétitive territoriale. L'approche du GREMI dans le débat contemporain. *Revue D' Economie Regionale et Urbaine*, 3, 429-448.
- Bramwell, B., & Lane, B. (2000). *Tourism Collaboration and Partnerships: Politics: Practice and Sustainability*. Clevedon: Channel View Publications.
- Brayley, R., Var, T., & Sheldon, P. (1990). Perceived Influence of Tourism on Social Issues. *Annals of Tourism Research*, 17 (2), 285-289.
- Briassoulis, H. (2002), Sustainable Tourism and the Question of the Commons. *Annals of Tourism Research*, 29 (4), 1065-1085.
- Carvalho, A. B. (1993). *O Buçaco na Literatura: Antologia*. Mealhada: Edição do Autor.
- Cerqueira, C. E. D. (2001). *As Parcerias no Desenvolvimento Local: O papel dos agentes de mediação numa abordagem territorial do desenvolvimento*. Disponível em <http://www.carloscerqueira.com/index cv.htm>
- Claval, P. (1987). *A Geografia do Homem*. Coimbra: Almedina.

- Claval, P. (2006). *Comunicação, diferenciação de culturas e organização do espaço* (noções-chave). In J. Sarmiento et al. (coord.), *Ensaio de Geografia Cultural* (pp 134-151). Porto: Livraria Editora Figueirinhas.
- Corbin, A. (2001). *História dos Tempos Livres: O advento do lazer*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Cosgrove, D. (1994). *Worlds of Meanings: Cultural Geography and the Imagination*. In K. E. Foot et. al. (ed.) *Re-reading Cultural Geography*, (pp. 387-398). Texas: University of Texas Press.
- Cunha, L. (1997). *Importância do Turismo no Desenvolvimento das Áreas Rurais*. Lisboa: Edições Colibri.
- Dalgado, D. G. (1916). *Bussaco: Its Monastery, Battle and Woods, and its uses as a health resort*. Lisboa: [s.e.].
- Dematteis, G. (1995). *Projectto implícito – il contributo della geografia humana alle scienze del territorio*. Milão: Angeli.
- Dumazedier, J. (1974). *Sociologie empirique du loisir. Critique et contre critique de la civilisation du loisir*. Paris: Ed. Seuil.
- European Union (2006). *The economy of culture in Europe*. Brussels: European Commission.
- Fernandes, J. L. J. (2009). *Indústrias culturais, representações de lugares e marketing territorial - O caso particular do continente africano*. Lisboa: SOP-COM/Ibérico, Universidade Lusófona.
- Fernandes, J. L. J. (2008). *Artes Visuais, Representações e Marketing Territorial. Biblos*, VI (2).
- Ferreira, A.B., Alcoforado, M. J. et al. (2001). *Metodologias de Análise e de Classificação das Paisagens (O Exemplo do Projecto da Estrela)*. XXXVI (72), 2001.
- Graça, E. (2002). *Novos Tempos de Lazer Português*. Lisboa: Fundação Inatel.
- Grangsjö, Y. (1998), *Destinationsmarknadsföring*. Östersund: Department of Tourism Studies, Mid Sweden University.
- Leiper, N. (1979). The Framework of Tourism. *Annals of Tourism Research*, 6 (1), 390-407.
- Lema, P. B., & Rebelo, F.(1997). *Geografia de Portugal: Meio Físico e Recursos Naturais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Mattos, S., & SMendes, L. (1874). *O Bussaco*. Lisboa: Lallemand Frères.

- Marujo, Maria Noémi N. V. (2004) *A Internet como Novo Meio de Comunicação para os Destinos Turísticos: O caso da Ilha da Madeira*; artigo de uma parte da dissertação do Mestrado em Sociologia da Universidade de Évora.
- Medeiros, C. A. (2009). *Geografia de Portugal: Ambiente Natural e Ocupação Humana, Uma Introdução* (6ª Ed.). Lisboa: Editorial Estampa.
- Nogueira, G. (1959). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Sul* (Tomo VI). Lisboa: ANBA.
- Orlando, R., Lautensach, H et al. (1987). *Geografia de Portugal: Posição Geográfica e Território* (Vol 1). Lisboa: Edições João Sá Costa.
- Parquer, S. (1976). *Sociologia do Lazer*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Pereira, P. (2005). *Património Edificado: Pedras Angulares*. [s.l.]: Edição do Autor.
- Pereira, P. (2010). *Lugares Mágicos de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates.
- Peres, N. A. & Lopes, S. M. (2009). *Animação Turística*. [s.l.]: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia.
- Périgord, M. (1996). *Le Paysage en France*, Paris: P.U.F.
- Pinchemel, P., & Pinchemel, G. (1992). *La Face de la Terre: Elements de Géographie* (2ª ed.). Paris: Colin.
- Pires, A. (1991). *Marketing: Conceitos, Técnicas e Problemas de Gestão*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Porteus, J.D. (1985). Smellscape. *Progress in Human Geography*, 9 (3), 356-378.
- Rimbert, S. (1973). Approches des Paysages, *L'espace Géographique*, 2 (3), 233-241.
- Rocheffort, R. (1974). La Perception des Paysages, *Le Espace Géographique*, 3(3), 205-209.
- Ronai, M (1976). *Paysages*. Paris: Hérodote.
- Rosendhal, Z., Correa, R. (2001). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Rougerie, G. & Beroutchachlivi, N. (1991). *Geosystemes et Paysages, Bilan et Méthodes*. Paris: Colin.
- Sachs, I. (1993). *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense.
- Sanguin, A.L. (1981). La géographie humain ou L'approche phénoménologique des Lieux, des paysages et des spaces. *Annales de Géographie*, 501, 560-587.
- Santos, C. (2001). *Novo Guia Histórico do Buçaco*. Lisboa: Minerva Edições.

- Santos, F. (2002). *Turismo Mosaico de Sonhos-Incursões Sociológicas pela cultura Turística*. Lisboa: Edições Colibri.
- Santos, M. M. A. (1993). *Caracterização da Mata Nacional do Buçaco*. [s/l]: Edição do Autor.
- Santos, N. P. & Gama, A. (2008). *Lazer: Da Libertação do Tempo à Conquista das Práticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Saramago, J. (1995). *Viagem a Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Sousa Viterbo, (1988) *Dicionário dos arquitectos*, vol II, págs. 191-193. Lisboa: INCM.
- Stebbins, Robert (2000) *Between Work and Leisure: The Common Ground of Two Separate Worlds* (Transaction Publications).
- Trzyrna, T.C. (1995). *A Sustainable World*. London: IUCN – The World Conservation Union.
- Tuan, Y. (1979). Thought and Landscape. *The Eye and the Mind's Eye*. In D.W. Meinig (ed).
- Yázige, E., Carlos, Carlo, A. F. A., & Cruz, R.C.A. (1996). *Turismo: Espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec.

Bibliografia sobre a Mata Nacional do Buçaco

- [s.a.] (1905). *Flora exótica da Mata do Bussaco, conforme inventário de 1880*. Anuario dos Serviços Florestaes 1902-1903, Boletim da Direcção Geral da Agricultura, 8 (3), 272-281.
- Abreu, J. M. (1855). *O Buçaco*. O Instituto. 4 (12), 139-141.
- Albuquerque, J. A. P. M. (1935). *Buçaco (Origens e Evolução)*. Relatório final do curso de engenheiro silvicultor. Lisboa: I. S. A.
- Allorge, V. (1974). *La Bryoflore de la Forêt de Bussaco (Portugal)*. Rev. Bryol. et Lichén, 40(4), 307-452.
- Araújo, R. J. (1966). *Monografia sobre a Cupressus lusitanica Miller. Estudos e Informação (D. G. S. F. A.)*, 230, 60.
- Borges, N. C. (1987). *Coimbra e Região. Novos Guias de Portugal*, 6, 230-236.
- Carvalho, A. B. (1993). *O Buçaco na Literatura - Antologia*. Ed. do Autor: Gráfica Pampilhosense.
- Castro, A. M. S. (1874). *A floresta do Bussaco*. *Jorn. Hort. Prática*, 5 (9), 170-173.
- Castro, A. M. S. (1875). *Guia Histórico do Bussaco*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Castro, A. M. S. (1896). *Guia Histórico do Viajante no Bussaco*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Castro, J. B. (1762). *Mappa de Portugal (Antigo e Moderno - Tomo I, Partes I e II)*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- Chambers, G. L. (1913). *Bussaco. Wellington's Battlefields Illustrated*. London: Swan Sonnenschein & Co. LTD.
- Chodat, R. (1913). *Voyage d'études géobotaniques au Portugal (Tome LII)*. Genève: Extrait du Globe.
- Cortêsão, J. (1978). *A elegia mística do Buçaco*. In Vitorino Nemésio (Org.), *Portugal a Terra e o Homem - antologia de escritores dos séculos XIX-XX* (pp. 133-135), Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Cortêsão, J. (1987) *Portugal: A Terra e o Homem*, Lisboa.
- Costa, J. C. (1950). *Notícia sobre uma carta geológica do Buçaco, de Nery Delgado*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

- Couto, M. T. (1985). *A Paixão de Cristo na obra de Rafael Bordalo Pinheiro. 80º Aniversário da sua morte*. Caldas da Rainha: Instituto Português do Património Cultural.
- Dalgado, D. G. (1916). *Bussaco: Its Monastery, Battle and Woods, and its uses as a health resort*. Lisboa: Tipografia Universal.
- Dionísio, S. (1944). *Guia de Portugal. Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta* (vol 3). Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Figueiredo, J. M. (1930). *Subsídios para o estudo da flora lenhosa e herbácea da Mata do Buçaco*. Boletim do Ministério da Agricultura, 12(1-6), 21-56.
- Fonseca, A. (1907). No Bussaco. *Ilustração Portuguesa*, 4, 697-702.
- Franco, J. A. (1945). *A Cupressus lusitanica Miller. Notas acerca da sua história e sistemática*. Agros, 28 (1-2), 5-87.
- Franco, J. A. (1951). *Notas sobre a Flora Lenhosa da Mata do Buçaco*. Boletim da Sociedade Broteriana, 25 (2), 197-248.
- Frazão, J. (1928). *Cedro do Buçaco*. Gazeta das Aldeias - Resinosas, 33 (1517), 247-249.
- Goes, E. S. R. (1979). *Os Eucaliptos Gigantes de Portugal*. Lisboa: Portucel.
- Goes, E. S. R. (1984). *Árvores Monumentais de Portugal*. Lisboa: Portucel.
- Gomes, B. A. (1871). *Os Cedros do Bussaco*. Jornal de Horticultura Prática 2 (4), 64-65.
- Gonçalves, A. N. (1959). *Inventário Artístico de Portugal - O Distrito de Aveiro* (Vol. VI). Lisboa: Academia de Belas Artes.
- Gonçalves, C. (1905). *No Bussaco (Historia, Paysagem, Descripções)*. Lisboa, Anuario Academia de Estudos Livres.
- Gonçalves, C.V.M. & Pereira, A.J.S.C. (2007) - *Radioactividade Natural e factores geológicos condicionantes na região da Serra do Buçaco (Portugal Central)*. 9ª Conferência Nacional do Ambiente, 18 – 20 Abril, Universidade de Aveiro, Portugal.
- Henriques, J. (1855). *A vegetação espontânea do Bussaco*. Boletim da Sociedade Broteriana, 3, 109-110.
- Henriques, J. (1855). *Nota sobre a proveniência do Cupressus glauca e sobre a época da introdução desta espécie em Portugal*. Boletim da Sociedade Broteriana, 3, 124-128.

- Henriques, J. (1890). *Exploração Botânica em Portugal por Tournefort em 1689*. *Boletim da Sociedade Broteriana*, 8 (1), 191-261.
- Henriques, J. (1911). *Cypreste Portuguez (Cupressus lusitanica Miller)*. *Boletim da Sociedade Broteriana*, 26, 178-179.
- Lacerda, B. F. (1634). *Soledades do Buçaco*. Lisboa: Imprensa Mathias Rodrigues.
- Lacerda, E. A. (1907). *Mata do Bussaco*. Anuario dos Serviços Florestaes 1903-1904. *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 9 (1), 404-409.
- Leal, A. S. A. B. P. (1873). *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande número de Aldeias* (vol. I). Lisboa: Matos Moreira & C^a.
- Leitão, N. M. B. M. & LOPES, J. M. (1987). *Luso, no tempo e na história. Cinquentenário de elevação a Vila*. Luso: Ed. da Junta de Freguesia de Luso e Junta de Turismo de Luso-Bussaco.
- Lima, W. (1889). *Notícia sobre as camadas da Série Permo-Carbónica do Bussaco* (Tomo II, Fasc. II). Lisboa, Extracto das Comunicações dos Trabalhos Geológicos, pp. 24.
- Loureiro, F. (1896). *Os carvalhos indígenas do Bussaco*. *Revista Florestal*, 8 (2), 121-123.
- Machado, M. A. F. (1990). *Buçaco (No Passado e no Presente)*. Coimbra: Tipografia Comercial.
- Mattos, A. C. S. (1874). *O Bussaco*. Lisboa: Typ. Lallemand Frères.
- Mendia, H. (1880). *Estudos Botânicos. Conferencia (sobre o Bussaco) pronunciada no Instituto Geral de Agricultura em 5 de Junho de 1880*. Lisboa: Typ. Universal.
- Mimoso, J. M. (1998). *O Hotel da Matta e as Origens do Palace Hotel do Buçaco*. *AQUA nativa* 15, 4-10.
- Nardone, A. et al. (1997). *Bussaco. Palace Hotel*. Bruxelles: Ed. NABA scri.
- Neves, A. (1992). *Azulejos do Buçaco*. Oliveira de Azeméis: Ed. Lacticoop.
- Neves, A. F., Semedo, E. F., & Arroiteia, J. (1989). *Aveiro: Do Vouga ao Buçaco*. Lisboa: Edit. Presença.
- Neves, C. M. L. B. - *Voltando ao Bussaco*. *Gazeta das Aldeias*, 78 (2736), 402-407.
- Ortigao, R. (1944). *Banhos de Caldas e Águas Minerais*. Lisboa: Liv. Clássica Editora.
- Paiva, J. A. R. (1992). *A Mata do Buçaco. Um Majestoso Arboreto. Pampilhosa uma Terra e um Povo*, 11, 3-21.

- Pardé, L. (1911). *Excursion Forestière au Portugal*. Revue des Eaux et Forêts. 50(4), 78-81.
- Peixoto, A. (1959). *Buçaco e os seus horizontes*. São Paulo: Gráfica José Magalhães.
- Peres, A. B. (1964). *Algumas características dendrométricas de a Cupressus lusitânica Miller*. Agros, 47 (3), 251-252.
- Peres, A. B. (1964). *Espécimes Mais Representativos da Mata do Buçaco. I - Resinosas*. Estudos e Informação, D. G. S. F. A., 205, 57.
- Pimentel, C. A. S. (1894). *Arvores Giganteas de Portugal*. Lisboa, Adolpho, Modesto & C^a.
- Pimentel, C. A. S. (1904). *O Cedro do Bussaco*. Gazeta das Aldeias, 18 (458), 174-176.
- Ribeiro, C. (1853). *Estudos Geológicos do Buçaco*. O Instituto, 1 (9, 13, 15), 91-94, 142-144, 162-163.
- Ribeiro, C. (1982). *Le Portugal Central*. Congrès International de Géographie, Lisbonne 1949.
- Rosmaninho, J. A. (1995). O Bussaco, origem do topónimo e algo do seu passado. *AQUA nativa*, 8-9, 60-64 e 10-14.
- Sacramento, Fr. J. (1721). *Chronica dos Carmelitas Descalços* (Tomo II, vol. 4). Lisboa: Officina Ferreyrenciana.
- Sampaio, A. P. F. (1850). *Memórias do Buçaco* (Partes I e II). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Santos, A. M. M. (1993). *Caracterização da Mata Nacional do Buçaco*. Anadia: Ed. autor.
- Santos, J. J. C. (1997). *Novo Guia Histórico do Buçaco*. Coimbra: Ed. Minerva.
- Seabra, A. F. (1905). *A Regeneração da Fauna Ornithologica da Mata Nacional do Bussaco*. Anuario dos Serviços Florestaes 1902-1903, *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 8 (2), 1-160.
- Seabra, A. F. (1939). *Contribuição para a história da entomologia em Portugal*. Lisboa: D. G. S. F. A.
- Simões, A. A. C. (1855). *Cerca do Bussaco*, *O Instituto*, 4 (3-4), 32- 35, 45-48.
- Simões, A. A. C. (1855). *História do Mosteiro da Vacariça e da Cerca do Bussaco*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

- Teixeira, C. (1981). *Geologia de Portugal. Vol. I: Precâmbrico, Paleozóico*. Lisboa: F. Calouste Gulbenkian.
- Valdemar, A. (1967). *O Buçaco. A Floresta Sagrada onde existem árvores tão antigas e tão portuguesas como as páginas dos "Lusíadas"*. *Vida Rural*, 742, 19-20.
- Vasconcellos, C. M. (1906). *O Bussaco. A Matta. A Arte e a Natureza em Portugal*, 6 (66), [s/p].
- Vilmorin, J. L. (1907). *La Forêt de Bussaco*. Paris: Bull. Soc. Dendrol. de France.

Fontes consultadas na Internet:

- www.almeidahotels.com – Consultado em 12/02/2010.
- www.amria.pt – Consultado em 28/01/2010.
- www.arqnet.pt – Consultado em 02/04/2010.
- www.asterrico.com.pt – Consultado em 06/03/2010.
- www.cm-mealhada.pt – Consultado em 10/01/2010.
- www.fmb.pt – Consultado em 14/04/2010.
- www.google.com – Consultado em 20/03/2010.
- www.googlemaps.com – Consultado em 03/07/2010.
- www.idrha.min-agricultura.pt – Consultado em 05/09/2010.
- www.jtluso-buçaco.pt – Consultado em 01/05/2010.
- www.portugal.gov.pt – Consultado em 23/07/2010.
- www.sociedadeeagualuso.com – Consultado em 17/08/2010.
- www.termasdoluso.com – Consultado em 19/06/2010.
- www.unesco.org – Consultado em 20/06/2010.
- www.visitcetro.com – Consultado em 30/09/2010.
- www.turismoemanalise.org.br – Consultado em 22/07/2010.

Outras Fontes:

Base de dados da Biblioteca Municipal de Coimbra

Arquivo Histórico da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra